



2019

1º de janeiro à 31 de dezembro

**CERILUZ
DISTRIBUIÇÃO**



Rede de Distribuição Compacta
Acesso à Coronel Barros Margem BR 285

**Relatório da Administração
e Demonstrações Contábeis
Regulatórias**



CERILUZ DISTRIBUIÇÃO

CNPJ: 87.656.989/0001-74

Inscrição Estadual: 065/0021908

www.ceriluz.com.br

atendimento@ceriluz.com.br

Rua Reinoldo Schindler, 100, Bairro das Chácaras – Ijuí/ RS

CEP: 98.700-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2019

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| MENSAGEM DO PRESIDENTE | 6 |
| 1. DISTRIBUIÇÃO | 7 |
| 1.1. Consumidores por Município | 7 |
| 1.2. Ligação de Consumidores | 7 |
| 1.3. Comportamento de Mercado | 8 |
| 1.4. Receita | 9 |
| 1.5. Número de Consumidores | 10 |
| 1.6. Tarifas | 10 |
| 1.7. Geração Distribuída - GD | 11 |
| 1.8. Bandeiras Tarifárias | 11 |
| 1.9. Qualidade do Fornecimento | 12 |
| 1.10. Atendimento ao Consumidor | 13 |
| 1.11. Frota | 15 |
| 1.12. Tecnologia da Informação | 15 |
| 2. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO | 16 |
| 2.1. Análise do Resultado | 16 |
| 2.2. Variações Patrimoniais | 17 |
| 2.3. Investimentos | 17 |
| 2.3.1. Evolução e Projeção dos Investimentos | 18 |
| 2.3.2. Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição | 18 |
| 2.4. Captações de Recursos | 19 |
| 2.5. Valor Adicionado | 19 |
| 2.6. Composição Acionária | 19 |
| 2.7. Planejamento Empresarial | 19 |
| 2.8. Gestão pela Qualidade Total | 19 |
| 2.9. Gestão de Pessoas e Processos | 20 |
| 3. ATUAÇÃO NA ÁREA SOCIAL | 21 |
| 4. OUTORGADA EM NÚMEROS | 23 |
| 5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2019 | 26 |
| 6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS | 33 |
| Nota 1 - Setor Elétrico no Brasil | 33 |
| Nota 2 - Contratos de Permissão | 33 |
| Nota 3 - Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias | 33 |
| Nota 4 - Alterações em Práticas Contábeis | 34 |
| Nota 5 - Principais Práticas Contábeis Regulatórias | 34 |
| Nota 6 - Caixa e Equivalentes de Caixa | 37 |
| Nota 7 - Consumidores | 38 |
| Nota 8 - Serviços em Curso | 39 |
| Nota 9 - Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis | 39 |
| Nota 10 - Depósitos Judiciais e Cauções | 39 |
| Nota 11 - Almoxarifado Operacional | 40 |
| Nota 12 - Investimentos Temporários | 40 |
| Nota 13 - Despesas Pagas Antecipadamente | 40 |
| Nota 14 - Outros Ativos Circulantes | 41 |
| Nota 15 - Outros Ativos não Circulantes | 41 |
| Nota 16 - Bens e atividades não vinculados a permissão | 41 |
| Nota 17 - Imobilizado e Intangível | 42 |
| Nota 18 - Fornecedores | 45 |
| Nota 19 - Empréstimos e Financiamentos | 46 |
| Nota 20 - Obrigações Sociais e Trabalhistas | 47 |
| Nota 21 - Tributos e Contribuições Sociais a Recolher | 48 |
| Nota 22 - Provisão para Litígios | 48 |
| Nota 23 - Encargos Setoriais | 49 |
| Nota 24 - Outros Passivos Circulantes | 49 |

| | |
|---|-----------|
| Nota 25 – Outros passivos não circulantes | 49 |
| Nota 26 – Patrimônio Líquido | 50 |
| Nota 27 – Instrumentos Financeiros | 50 |
| Nota 28 – Ingressos/Receitas Operacionais | 51 |
| Nota 29 – Tributos sobre os Ingressos/Receitas | 52 |
| Nota 30 – Encargos da Parcela “A” | 53 |
| Nota 31 – Custos não Gerenciáveis – Parcela “A” | 53 |
| Nota 32 – Custos gerenciáveis – Parcela “B” | 54 |
| Nota 33 – Outros Ingressos/Receitas Operacionais | 54 |
| Nota 34 – Outros Dispendios/Despesas Operacionais | 54 |
| Nota 35 – Seguros | 54 |
| Nota 36 – Nota Explicativa DVA | 54 |
| Nota 37 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios | 55 |
| Nota 38 – Ativos e Passivos Regulatórios | 56 |
| Nota 39 – Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica | 58 |
| Nota 40 – Receita Operacional Bruta | 60 |
| Nota 41 – Pessoal e Administradores | 61 |
| Nota 42 – Demonstração do Resultado Segregado por Atividade | 61 |
| Nota 43 – Resultado Financeiro | 61 |
| Nota 44 – Revisão e Reajuste Tarifário | 62 |
| Nota 45 – Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatória e Societária | 65 |
| Nota 46 – Composição do Resultado Abrangente Societário e Regulatório | 71 |
| Nota 47 – Eventos Subseqüentes | 71 |
| 7. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS | 72 |
| 8. TERMO DE RESPONSABILIDADE | 77 |



**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
REGULATÓRIO
2019**

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração, através do qual divulgamos as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2019 e apresentamos as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Um ano de consolidação. Talvez essa seja a ideia que resume o que foi a passagem de 2019 para a Ceriluz, com base na conquista do principal reconhecimento dado a uma distribuidora de energia: o Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor – IASC 2018. A Ceriluz foi apontada pela Agência Nacional de Energia Elétrica como a melhor distribuidora de energia do Brasil, superando todas as demais cooperativas e também concessionárias, com uma média de satisfação de 85,93%. Importante dizer que quem nos deu essa nota não foi a agência, mas os associados da Cooperativa que responderam a um questionário. É a avaliação de quem usa diariamente a nossa energia.

Com essa aprovação a Ceriluz se consolida como uma Cooperativa de excelência, comprometida com seu quadro social, a qualidade da energia e com o bem-estar do seu público. Porém, essa mesma aprovação nos traz a responsabilidade de mantermos esse grau de excelência. Não almejamos ser sempre a melhor distribuidora, até porque, em geral, as cooperativas se encontram com níveis de satisfação muito próximos, ora uma despontando, ora outra. Aliás, vale dizer que as cooperativas, pela sua atuação próxima aos seus associados, se sobressaem quanto ao atendimento em relação às concessionárias. O principal, nesse caso, é manter esse elevado índice de satisfação, apontado pela Aneel como excelente. É o que vem acontecendo desde o início da pesquisa entre as cooperativas, em 2014, quando a Ceriluz sempre esteve entre as cinco melhores do Brasil.

Nosso desafio para 2020, esse novo ano que chega e, diga se passagem, nova década que inicia, é nos mantermos nesse caminho de valorização do associado. Temos desafios, entre eles, lutarmos por tarifas justas, de forma a não onerar nossos associados por essa qualidade. Acreditamos que estamos no caminho.

Outro importante desafio, possivelmente o maior deles, é ga-



rantir a qualidade da energia fornecida aos nossos associados. Não parece ser algo tão complexo, mas é. Pode-se perceber isso apenas olhando para os números de crescimento de demanda que registramos. Em comparação a 2018, a demanda cresceu 6,7% e se analisarmos os últimos dez anos, o consumo de energia por parte de nossos associados se elevou 67%. Isso é bastante e se o Brasil entrar em um ritmo de crescimento, que é o que todos esperam, essa elevação será ainda maior. Felizmente, já fazem alguns anos que trabalhamos sempre nos precavendo quanto a isso. Recentemente ampliamos nossas subestações, em Ijuí e em Santo Augusto, pensando principalmente na oferta de energia para pivôs de irrigação nessas regiões. Se falharmos, perde a agricultura e a economia desses municípios. Agora, paralelo a obra da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sede II Centenária, pertencente ao grupo Ceriluz, estamos investindo em nossa terceira subestação, outra que dará fôlego a todo o sistema regional de distribuição de energia.

Sempre há o que melhorar e estamos de olho nos gargalos. O prêmio IASC faz crescer a responsabilidade que temos com nossos associados, que pagam por essa energia e exigem não menos que o melhor. Queremos honrar esse título que nos foi concedido nesse ano que passou e o compromisso que nos foi repassado pelos associados.

Illoir de Pauli
Presidente da CERILUZ

1. DISTRIBUIÇÃO

A Cooperativa distribui energia elétrica em 24 dos 497 municípios do Estado, sendo 3 totalmente e o restante parcialmente. Atendendo aproximadamente 13.997 consumidores. Na tabela abaixo estão demonstradas as quantidades de consumidores da Cooperativa distribuídos nos vinte e quatro municípios da área de atuação.

1.1. Consumidores por Município

| 2014 | Município | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 3.959 | Ijuí | 4.029 | 4.113 | 4.139 | 4.218 | 4.300 |
| 1.388 | Catuípe | 1.396 | 1.401 | 1.400 | 1.400 | 1.404 |
| 1.343 | Ajuricaba | 1.343 | 1.349 | 1.364 | 1.361 | 1.356 |
| 1.546 | Augusto Pestana | 1.552 | 1.544 | 1.537 | 1.562 | 1.563 |
| 524 | Chiapetta | 533 | 532 | 536 | 533 | 524 |
| 196 | Jóia | 194 | 193 | 191 | 195 | 194 |
| 327 | Santo Augusto | 324 | 328 | 330 | 331 | 332 |
| 1.232 | Coronel Barros | 1.264 | 1.294 | 1.336 | 1.346 | 1.372 |
| 337 | Inhacora | 343 | 358 | 351 | 355 | 350 |
| 145 | São Valério do Sul | 139 | 138 | 134 | 132 | 132 |
| 2 | Cruz Alta | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| 1.028 | Nova Ramada | 1.047 | 1.063 | 1.073 | 1.080 | 1.090 |
| 13 | Coronel Bicaco | 13 | 11 | 12 | 11 | 11 |
| 24 | Santo Ângelo | 23 | 24 | 22 | 21 | 21 |
| 10 | Eugenio de Castro | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| 3 | Condor | 3 | 3 | 3 | 2 | 1 |
| 278 | Boa Vista do Cadeado | 274 | 276 | 273 | 275 | 281 |
| 920 | Bozano | 958 | 993 | 999 | 1.010 | 1.029 |
| 4 | Entre-Ijuís | 4 | 4 | 4 | 4 | 3 |
| - | São Martinho | - | - | 2 | 2 | 2 |
| 10 | Alegria | 9 | 9 | 6 | 6 | 6 |
| 5 | Independência | 5 | 5 | 5 | 5 | 4 |
| 12 | Giruá | 10 | 9 | 9 | 8 | 8 |
| - | Pejuçara | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 13.306 | Total | 13.477 | 13.661 | 13.740 | 13.871 | 13.997 |
| | Variação | 1,29% | 1,37% | 0,58% | 0,95% | 0,91% |

1.2. Ligação de Consumidores

Foram realizadas no ano, 126 novas ligações. Também, a resolução 800/2017 estabelecia que as distribuidoras deveriam efetuar recadastramento da classe rural, o mesmo foi efetuado pela cooperativa. Consumidores que não conseguiram comprovar a atividade foram reclassificados. Os que estão conseguindo os documentos comprobatórios da atividade rural estão sendo reenquadrados e as faturas sendo retificadas.

| 2014 | Consumidores | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---------------|--------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1.371 | Residencial | 1.464 | 1.540 | 1.574 | 1.603 | 3.931 |
| 671 | Comercial | 678 | 679 | 696 | 706 | 717 |
| 54 | Industrial | 56 | 58 | 45 | 43 | 54 |
| 10.975 | Rural | 11.047 | 11.142 | 11.109 | 11.206 | 8.986 |
| 167 | Poderes Públicos | 164 | 142 | 137 | 134 | 133 |
| 29 | Iluminação Pública | 29 | 29 | 29 | 29 | 28 |
| 39 | Serviço Público | 39 | 71 | 150 | 150 | 148 |
| 13.306 | Total | 13.477 | 13.661 | 13.740 | 13.871 | 13.997 |
| | Variação | 1,29% | 1,37% | 0,58% | 0,95% | 0,91% |

1.3. Comportamento de Mercado

A Ceriluz registrou um crescimento no fornecimento de energia elétrica no ano de 2019 em relação ao ano de 2018. A Cooperativa totalizou a distribuição de 141 GWh no ano de 2019, número 9,30% superior aos 129 GWh do ano anterior.

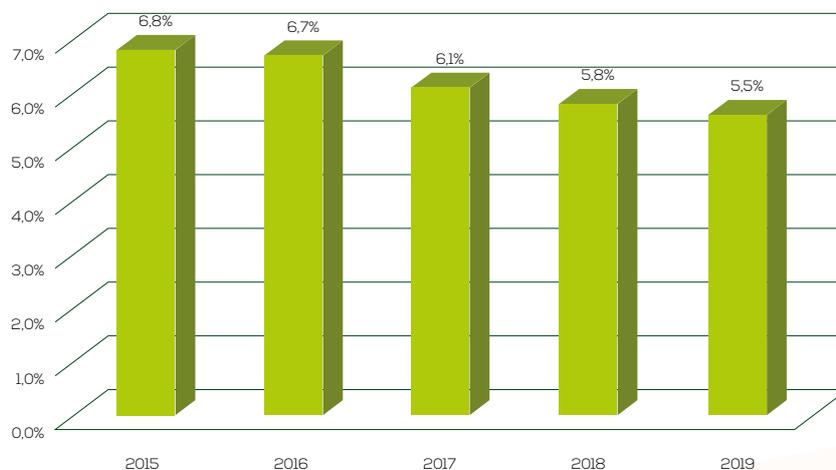
| 2014 | Mercado Atendido - GWh | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|------------|------------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------|
| 117 | Energia Faturada | 114 | 121 | 120 | 127 | 137 |
| 117 | Fornecimento | 114 | 121 | 120 | 127 | 133 |
| 3 | Residencial | 3 | 3 | 3 | 4 | 9 |
| 13 | Comercial | 12 | 12 | 12 | 14 | 15 |
| 42 | Industrial | 45 | 47 | 45 | 44 | 47 |
| 51 | Rural | 46 | 51 | 51 | 55 | 52 |
| 1 | Poderes Públicos | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 1 | Iluminação Pública | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| 5 | Serviço Público | 6 | 5 | 6 | 7 | 7 |
| - | Suprimento p/ agentes de distr. | - | - | - | - | 4 |
| 2 | Uso da Rede de Distribuição | 1 | 1 | 1 | 2 | 4 |
| 2 | Consumidores Livres/Dist./Ger. | 1 | 1 | 1 | 2 | 4 |
| - | Consumidores Rede Básica | - | - | - | - | - |
| 119 | Total | 115 | 122 | 121 | 129 | 141 |
| | Variação | (3,36)% | 6,09% | (0,82)% | 6,61% | 9,30% |

A perda total sobre a energia requerida (comprada) representou 5,6% em 2019, pequena redução comparado ao ano de 2018 que foi de 5,8%.

| Energia Requerida - GWh | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Venda de Energia | 114 | 121 | 120 | 127 | 137 |
| - Fornecimento | 114 | 121 | 120 | 127 | 133 |
| - Suprimento p/ agentes de distr. | - | - | - | - | 4 |
| Consumidores Livres/Dist./Ger. | 1 | 1 | 1 | 2 | 4 |
| Consumidores Rede Básica | - | - | - | - | - |
| Mercado Atendido | 115 | 122 | 121 | 129 | 141 |
| Pernas na Distribuição | 8 | 9 | 8 | 8 | 8 |
| Perdas Totais - PT | 8 | 9 | 8 | 8 | 8 |
| PT / Energia Requerida % | 6,8% | 6,7% | 6,1% | 5,8% | 5,5% |
| Total | 123 | 131 | 129 | 137 | 149 |

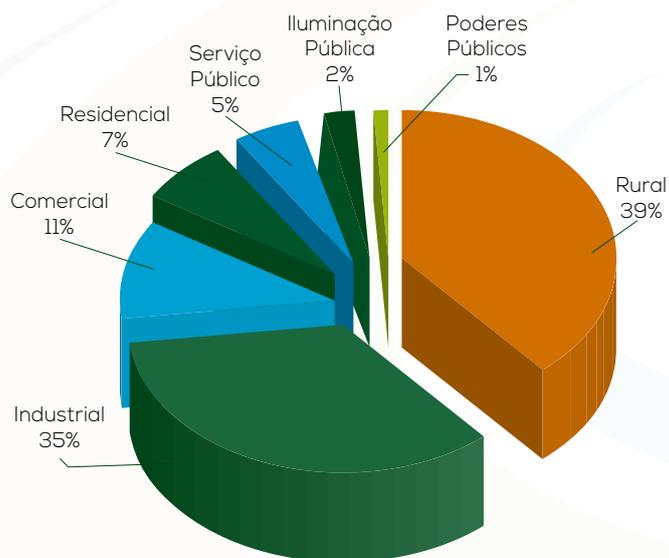
O gráfico representa o percentual dos últimos cinco anos.

PT / Energia Requerida %



A seguir gráfico demonstrando os percentuais do consumo por classe de consumidores no ano de 2019.

Consumo por Classe

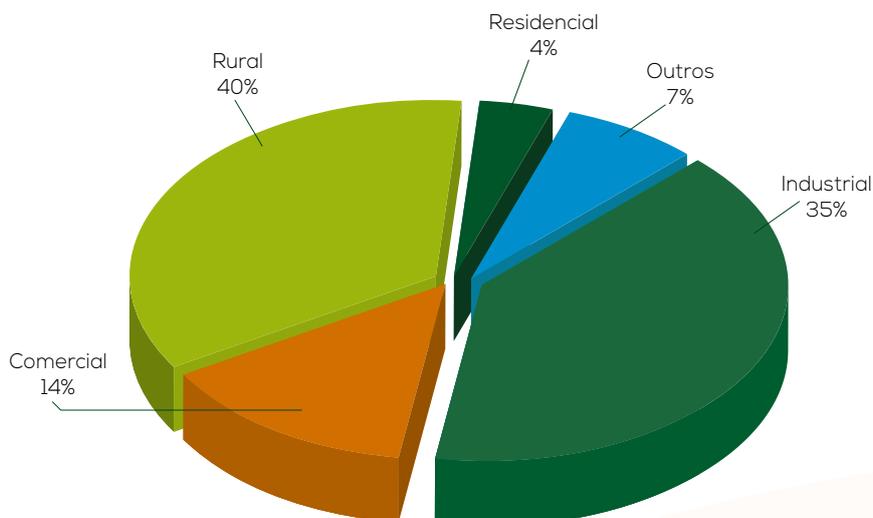


1.4. Receita

A receita recorrente do fornecimento de energia elétrica, (excluindo os impostos e bandeiras tarifárias) importou em 2019 o montante de R\$ 52.733 mil, um aumento de 22% conforme quadro a seguir:

| Classe | 2019 | 2018 | % |
|--------------|---------------|---------------|------------|
| Residencial | 4.122 | 1.548 | 166% |
| Industrial | 17.660 | 15.182 | 16% |
| Comercial | 8.654 | 6.167 | 40% |
| Rural | 18.966 | 17.215 | 10% |
| Outros | 3.371 | 3.044 | 11% |
| Total | 52.773 | 43.156 | 22% |

Receita Líquida por Classe de Consumidores



1.5. Número de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2019 apresentou um crescimento de 0,88% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

| Classe | 2019 | 2018 | Δ% |
|--------------|---------------|---------------|-------------|
| Residencial | 3.931 | 1.603 | 145,23 |
| Industrial | 54 | 47 | 14,89 |
| Comercial | 717 | 706 | 1,56 |
| Rural | 8.986 | 11.206 | (19,81) |
| Outros | 309 | 313 | (1,28) |
| Total | 13.997 | 13.875 | 0,88 |

1.6. Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2019 o valor de R\$ 383,89/MWh, com aumento de 28,42% com relação a dezembro de 2018.

| Classe | 2019 | 2018 | Δ% |
|--------------|---------------|---------------|--------------|
| Residencial | 473,20 | 423,78 | 11,66 |
| Industrial | 360,01 | 330,69 | 8,87 |
| Comercial | 484,86 | 426,58 | 13,66 |
| Rural | 367,67 | 313,64 | 17,23 |
| Suprimento | 233,70 | - | 100,00 |
| Total | 383,89 | 298,94 | 28,42 |

1.7. Geração Distribuída - GD

Desde 17 de abril de 2012, quando a ANEEL criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica, o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e inclusive fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade. Conforme disposto nesses regulamentos, a micro e a minigeração distribuída consistem na produção de energia elétrica a partir de pequenas centrais geradoras que utilizam fontes renováveis de energia elétrica ou cogeração qualificada, conectadas à rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras. Para efeitos de diferenciação, a microgeração distribuída refere-se a uma central geradora de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 75 quilowatts (kW), enquanto que a minigeração distribuída diz respeito às centrais geradoras com potência instalada superior a 75 kW e menor ou igual a 3 megawatt (MW), para a fonte hídrica, ou 5 MW para as demais fontes. A seção 3.7 do Módulo 3 do PRODIST estabelece os procedimentos para acesso de micro e minigeração distribuída ao sistema de distribuição.

A seguir, demonstramos a Geração Distribuída na área de atuação da Ceriluz no ano de 2019.

| Classe | 2019 | | 2018 | |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Instalações | Potência kW | Instalações | Potência kW |
| Residencial | 3 | 12 | - | - |
| Industrial | 2 | 35 | - | - |
| Comercial | 4 | 176 | - | - |
| Rural | 11 | 207 | - | - |
| Total | 20 | 430 | - | - |

1.8. Bandeiras Tarifárias

Desde o ano de 2015, as contas de energia passaram a incluir o Sistema de Bandeiras Tarifárias, que apresenta as seguintes modalidades: verde, amarela e vermelha, as mesmas cores dos semáforos e indicam se haverá ou não acréscimo no valor da energia a ser repassada ao consumidor final, em função das condições de geração de eletricidade. Cada modalidade apresenta as seguintes características:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,015 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha - Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,040 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,060 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Aplicam-se às Bandeiras os mesmos tributos incidentes sobre as tarifas.

Anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL define o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

1.9. Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Os indicadores de qualidade são índices que permitem que a cooperativa monitore e avalie a qualidade da energia fornecida para os associados de sua área de atuação. Os indicadores DEC e FEC permitem verificar o tempo e a frequência média, respectivamente, em que houve falha no fornecimento de energia para cada consumidor da cooperativa. A figura 1 mostra o comportamento do indicador DEC, que verifica o tempo médio que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

DEC - Duração Equivalente por Consumidor



Figura 1 - Comportamento do DEC

FEC - Frequência Equivalente por Consumidor



Figura 2 - Comportamento do FEC

Já a figura 2 traz o comportamento do indicador FEC, que mostra em média a frequência que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

| Ano | DEC (horas) | FEC (interrupções) | TMA Tempo Médio de Atendimento (horas) |
|------|-------------|--------------------|--|
| 2019 | 14,81 | 11,03 | 1,50 |
| 2018 | 13,80 | 11,39 | 1,49 |
| 2017 | 13,53 | 10,82 | 2,04 |
| 2016 | 14,43 | 9,53 | 1,73 |
| 2015 | 15,65 | 12,88 | 1,68 |

Na área da qualidade do serviço prestado podemos citar os indicadores que medem a eficiência das equipes de plantão no atendimento das ocorrências emergenciais, sejam elas, com ou sem interrupção no fornecimento de energia. Nesta categoria o principal indicador é o TMA, que mede o tempo médio de atendimento das ocorrências emergências desde o momento do cadastro da mesma junto a cooperativa até a resolução do problema. O gráfico da figura 3 mostra o comportamento deste indicador ao longo dos últimos anos.

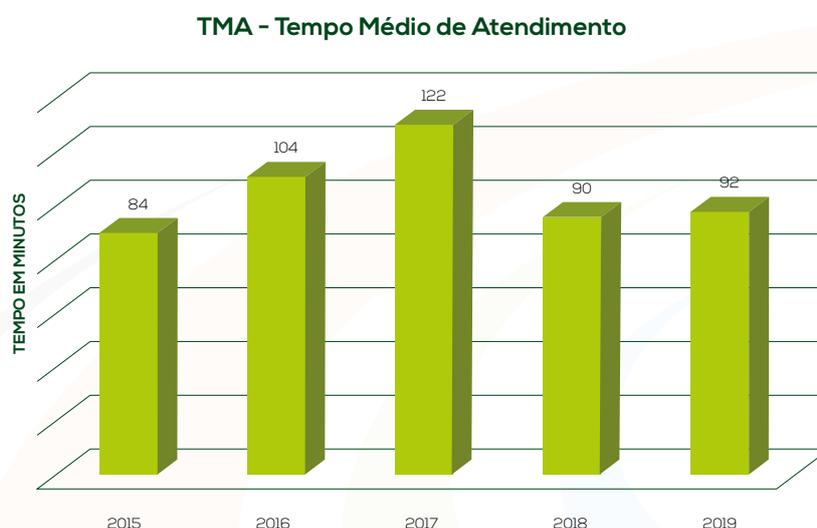


Figura 3: Comportamento do TMA

1.10. Atendimento ao Consumidor

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação, entre eles está o atendimento telefônico, com atendimento 24 horas, pelos números 0800 51 3130 e 0800 040 1010, através deles são feitas gratuitamente todas as ligações, reclamações e demais contatos com a cooperativa. O associado também pode comparecer presencialmente na Sede da Cooperativa, localizada em Ijuí, ou em nossos escritórios nas cidades de Catuípe e Ajuricaba. Ainda, pode acessar o site www.ceriluz.com.br para obter maiores informações sobre a sua fatura de energia, desligamentos programados, entre outros.

Em 2019 a Ceriluz contratou cinco novos colaboradores para atuarem no setor de call center, o que gerou um aumento de 26,28%, as chamadas recebidas aumentaram 29,71% e os indicadores de reclamações diminuíram em 15,38%.

Essa mudança também impactou no índice de satisfação do cliente que aumentou 3,88% de 2018 para 2019, sendo que em 2019 atingimos 89,26% ficando em segunda posição na categoria "Permissionárias acima de mil unidades consumidoras", no IASC – Prêmio Aneel de Qualidade 2019.

As indenizações por danos também obtiveram aumento em 2019, o número de solicitações passou de 42 em 2018 para 64 em 2019, representando 52,38%, dessas solicitações, 19 foram procedentes em 2018 e 30 em 2019, aumento de 57,89%.

Em relação aos serviços comerciais, como faturas de energia, projetos, alterações em caixas de medição e aumento de carga instalada, apresentou um aumento de 5,04% em atendimentos realizados, sendo 2.800 em 2018 e 2.941 em 2019. Os atendimentos fora do prazo, tiveram uma queda de 33,33% e a eficiência no atendimento passou de 99,68% para 99,79%.

O número de reclamações de consumidores encaminhadas para a Empresa aumentou em 166,30%, já as reclamações à Aneel, ao Procon e à Justiça, aumentaram em 100%.

| Satisfação do Cliente | 2019 | 2018 | % |
|--|-------------|-------------|----------|
| Índice de Satisfação IASC | 89,26% | 85,93% | 3,88% |
| Índice de Satisfação do tratamento das reclamações | 95,60 | 96,10 | (0,52)% |
| Índice de Satisfação da Prestação dos Serviços | 95,00 | 94,80 | 0,21% |
| Atendimento ao Cliente | 2019 | 2018 | % |
| Call Center | 21.867 | 17.316 | 26,28% |
| Chamadas Recebidas (unid) | 35.732 | 27.548 | 29,71% |
| Número Médio de Atendentes (unid) | 8 | 4 | 100,00% |
| INS Índice de Nível de Serviço (%) | 81,70% | 88,30% | (7,47)% |
| lab - Índice de Abandono (%) | 8,30% | 8,40% | (1,19)% |
| ICO - Índice de Chamadas Ocupadas (%) | 10,00% | 3,40% | 194,12% |
| TMA - Tempo Médio de Atendimento (s) | 1,56 | 1,45 | 7,59% |
| Indenização por Danos | 2019 | 2018 | % |
| Volume de solicitações (unid) | 64 | 42 | 52,38% |
| Procedentes (unid) | 30 | 19 | 57,89% |
| Indicadores de Reclamações | 2019 | 2018 | % |
| Reclamações Procedentes | 66 | 78 | (15,38)% |
| DER (horas) | 69,38 | 64,10 | 8,24% |
| FER (unid) | 0,30 | 0,50 | (40,00)% |
| Violações de prazos de serviços comerciais | 2019 | 2018 | % |
| Atendimentos realizados (unid) | 2.941,00 | 2.800,00 | 5,04% |
| Atendimentos realizados fora do prazo (unid) | 6,00 | 9,00 | (33,33)% |
| Eficiência do atendimento (%) | 99,79% | 99,68% | 0,11% |
| Número de reclamações de consumidores encaminhadas | 2019 | 2018 | % |
| À Empresa | 482,00 | 181,00 | 166,30% |
| À ANEEL | 3,00 | - | 100,00% |
| Ao PROCON | 2,00 | 1,00 | 100,00% |
| À Justiça | 1,00 | - | 100,00% |
| Indicadores Ambientais | 2019 | 2018 | % |
| Rede BT Protegida Isolada na área urbana (em km) | 21,79 | 17,88 | 21,87% |
| Percentual da rede protegida isolada BT / total da rede de distribuição BT na área urbana. | 40,83 | 34,77 | 17,43% |
| Rede MT Protegida Isolada na área urbana (em km) | 10,23 | 7,22 | 41,69% |
| Percentual da rede MT protegida isolada / total da rede de distribuição na área urbana. | 14,55 | 10,64 | 36,75% |

1.11. Frota

A frota da Cooperativa sofre constante manutenção e substituição. No ano de 2019 foram gastos em manutenção 631 mil reais valor 23% superior a 2018. Também foram substituídos 6 veículos, duas carrocerias e adquirido um cesto aéreo totalizando 658 mil de investimento, valor 395% superior a 2018.

| Veículos | 2019 | 2018 |
|---------------------|-----------|-----------|
| Caminhões | 5 | 4 |
| Picapes | 15 | 17 |
| Veículos de Passeio | 6 | 5 |
| Total | 26 | 26 |

1.12. Tecnologia da Informação

O ano de 2019 foi marcado por muitas melhoras na TI. Dentre elas grande parte foram em infraestrutura e serviços internos para melhor gerenciamento da TI, bem como para melhor atendimento aos setores da cooperativa que tanto necessitam da tecnologia em suas atividades, garantindo assim um atendimento de qualidade ao associado.

Antes de destacarmos as novidades, gostaríamos de salientar o que já temos em termos de tecnologia para os nossos associados. A Agência Virtual é o meio pelo qual o associado acessa e consulta as faturas e visualiza o histórico de consumo, tudo através da internet utilizando um computador ou smartphone. Entre os serviços fornecidos pela Agência Virtual, se tem:

- Segunda via da fatura;
- Registrar reclamações;
- Consulta de débitos;
- Histórico de consumo;
- Solicitar serviços;
- Entre outros.

Temos interligados os escritórios de Catujpe e Ajuricaba com acesso remoto aos sistemas da Ceriluz, possibilitando o atendimento do associado nas respectivas cidades, sem a necessidade de deslocamento à Ijuí. Também em sua sede em Ijuí, a cooperativa disponibiliza acesso Wifi aos associados em toda sua dependência, inclusive nas Usinas onde muitas vezes recebe visitantes associados e alunos de escolas da região.

O desenvolvimento das diversas áreas de negócio da cooperativa depende indiscutivelmente de boas soluções na área de tecnologia da informação, a qual dá suporte aos colaboradores em suas atividades, para que o atendimento ao associado tenha qualidade e agilidade. Essas tecnologias se fazem presente mediante aos sistemas de informações, nossos softwares, redes de computadores e o atendimento ao consumidor, através de processamento de informações, suporte e infraestrutura.

Neste ano, 2019, as principais atividades desenvolvidas no âmbito tecnológico da Ceriluz são as que seguem:

Troca de central telefônica: foi removida central telefônica antiga analógica, e optado por uma central virtualizada em máquina virtual. Garantimos assim mais qualidade com sinal digital, da mesma forma temos suporte contratado junto a empresa para atendimento mais rápido quando necessário.

Novos servidores de virtualização: muitos serviços da Ceriluz, como e-mail, site, base dados, backup de arquivos e banco de dados, entre outros, são mantidos internamente na empresa. E para que isso seja possível necessitamos de máquinas potentes e com grande capacidade de armazenamento. Este ano foi adquirido 2 novos servidores para formarmos um cluster com 2 servidores idênticos em cada edificação, interligados logicamente por fibra ótica.

Novos discos SSDs para Virtualização: SSD vem se tornando cada vez mais acessível. Desta maneira este ano decidimos implementar a tecnologia Ceph de armazenamento distribuído através de unidades de armazenamento sólido. Assim nossas máquinas virtuais ficaram mais rápidas.

Novos servidores para Backup: para melhor a qualidade de nosso armazenamento em relação a espaço disponível e a segurança dos dados.

Novos equipamentos de telefonia: Com a troca da central telefônica foi necessário reestruturar os equipamentos dos colaboradores com a troca de telefones analógicos por telefones digitais (IP).

Novos Switches: Para implementar a troca da central telefônica foi necessário a compra de novos switches com tecnologia POE para os novos equipamentos IP.

Novos computadores: Foi realizado a compra de novos computadores para setores estratégicos da cooperativa, como parte da renovação do parque de máquinas. E também para evitar possíveis problemas com equipamentos ultrapassados.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

2.1. Análise do Resultado

Em 2019, a sobra foi de 1,505 milhões, contra R\$ 1,842 em 2018, uma redução de 22,39%. Os ingressos/Receitas aumentaram em R\$ 21,014 milhões, o que representa um acréscimo de 28,74% em relação ao ano anterior. O referido acréscimo tem origem no resultado do reajuste tarifário de 2019 cujo efeito decorreu, em parte da aplicação do reajuste médio de 16,06% no qual decorreu a atualização dos itens de custos das Parcelas A e B e da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual cálculo tarifário e também da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário, conforme processo 48500.002088/2019-16 da Aneel.

As outras receitas operacionais tiveram um aumento de R\$ 425 mil, destaca-se o ganho na alienação de bens e direitos, decorrentes da venda de materiais inservíveis.

Os custos não gerenciáveis – Parcela A teve um aumento de 80% na Energia Elétrica comprada pra revenda, esse aumento decorreu principalmente pelo efeito da retirada dos descontos tarifários no suprimento, nos termos da lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo submódulo 8.5 do PRORET.

Os Custos Gerenciáveis – Parcela B totalizaram no período R\$ 27,597 milhões, 6,18% inferior ao ano de 2018 que registrou R\$ 29,415 milhões

2.2. Variações Patrimoniais

Em 2019 o patrimônio da Cooperativa aumentou em R\$ 31,146 milhões, tendo passado de R\$ 106,750 milhões em 2018 para R\$ 137,896 milhões em 2019, o que corresponde um aumento de 29,18%.

No ativo, as maiores variações ocorreram nos Serviços em Curso, devido manutenções de rede e manutenções prediais em andamento.

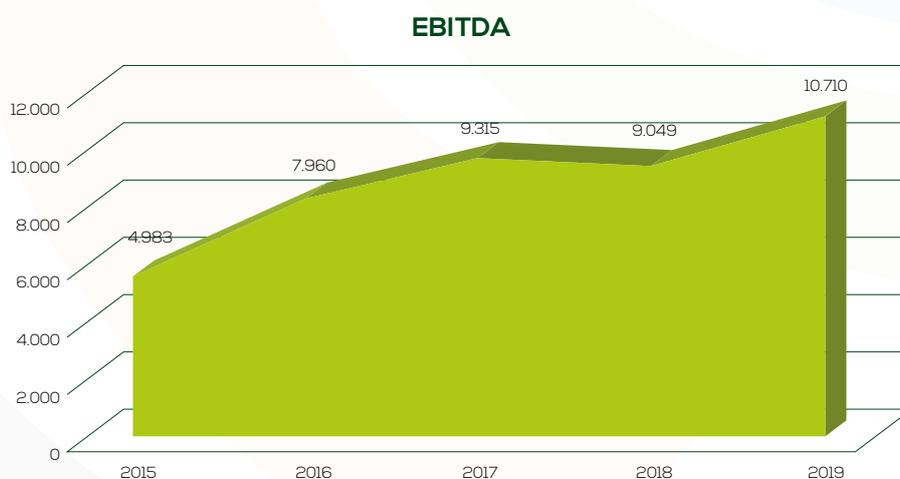
No passivo, os tributos tiveram um aumento de 131%, em especial o ICMS, que totalizou R\$ 490 mil, 327 mil superiores ao exercício anterior, sendo que parte desse impacto decorre da migração de determinados associados, da classe rural para classe residencial.

Os passivos regulatórios tiveram expressivo aumento em 2019 devido ao reconhecimento dos valores de bandeiras tarifárias não solicitadas pela Câmara de Comercialização de Energia, esses valores devem ser utilizados na modicidade tarifária.

Ainda no passivo, verifica-se um incremento de R\$ 881 mil em empréstimos e financiamentos no longo prazo, isso se deve a realização de um novo financiamento junto a Cresol Noroeste, uma liberação de R\$ 1 milhão, para prazo de 60 meses.

| DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO EBITDA | 2019 | 2018 | % |
|--|---------------|--------------|-------------|
| Receita Operacional Líquida | 73.436 | 55.601 | 32% |
| (-) Custo do Serviço de Energia Elétrica | (71.224) | (53.528) | 33% |
| (-) Outras Despesas Operacionais | (974) | (568) | 71% |
| (+) Outra Receitas Operacionais | 523 | 402 | 30% |
| Resultado da Atividade ou EBIT | 2.212 | 1.907 | 16% |
| (+) Depreciação e Amortização | 8.498 | 7.142 | 19% |
| EBITDA | 10.710 | 9.049 | 18% |
| Margem EBITDA (%) | 15% | 16% | (6)% |

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 10,710 milhões, superior em 18,35% em 2018, que foi de R\$ 9,049 milhões, conforme evolução abaixo.



2.3. Investimentos

Em 2019, os investimentos da Cooperativa, importaram em 6,480 milhões, 5,74% superiores em relação a 2018, dos quais 5,984 milhões foram realizados em ativos elétricos da Atividade de Distribuição.

2.3.1 Evolução e Projeção dos Investimentos

| Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil | R\$ Mil Nominais | | | R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2019 | | | | |
|---|------------------|--------------|--------------|---|---------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
| AIS Bruto¹ | 8.870 | 5.987 | 5.469 | 9.174 | 17.894 | 7.362 | 7.992 | 7.287 |
| Transformador de Distribuição | 954 | 885 | 1.215 | 1.266 | 1.266 | 1.266 | 1.266 | 1.266 |
| Medidor | 192 | 162 | 221 | 174 | 174 | 174 | 174 | 174 |
| Redes Baixa Tensão (<2,3 kV) | 1.090 | 929 | 1.048 | 672 | 591 | 591 | 591 | 591 |
| Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV) | 2.545 | 2.167 | 2.447 | 7.062 | 4.441 | 5.331 | 5.961 | 5.256 |
| Redes Alta Tensão (60 kV) | - | - | - | - | 500 | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (>= 230 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário 69 kV) | 3.528 | 1.570 | 8 | - | 10.922 | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário de 88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais Máquinas e Equipamentos | 561 | 275 | 530 | - | - | - | - | - |
| Obrigações Especiais do AIS Bruto | 738 | 768 | 673 | 835 | 835 | 835 | 835 | 835 |
| Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização | 738 | 768 | 673 | 443 | 443 | 443 | 443 | 444 |

2.3.2. Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

| | | | | | | |
|------------------------------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| R\$ Mil | 2019R | 2020P | 2021P | 2022P | 2023P | 2024P |
| Plano de Investimentos 2019 | 5.469 | 9.174 | 17.894 | 7.362 | 7.992 | 7.287 |
| R\$ Mil | 2019P | 2020P | 2021P | 2022P | 2023P | |
| Plano de Investimentos 2018 | 6.602 | 8.342 | 17.587 | 5.457 | 5.812 | |
| Diferença | (17,2)% | 10,0% | 1,7% | 34,9% | 37,5% | |

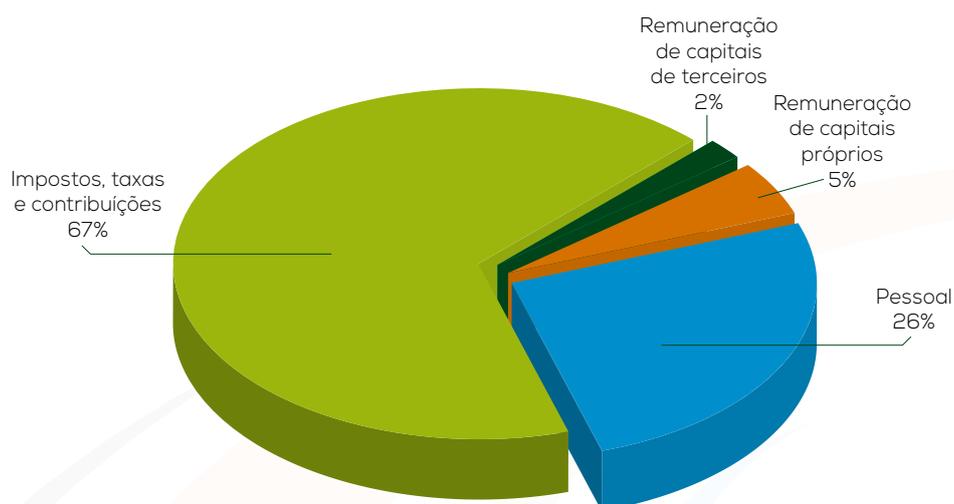
2.4. Captações de Recursos

Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 1 milhão junto à Cresol Noroeste.

2.5. Valor Adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza, foi de R\$ 34,491 milhões, representando 36,45 % da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Distribuição do Valor Adicionado em 2019



2.6. Composição Acionária

O capital social integralizado está representado pela participação de 15.677 associados, no valor de R\$ 7,44 milhões no ano de 2019.

2.7. Planejamento Empresarial

A Ceriluz planeja suas metas e objetivos organizacionais, traçando estratégias e métodos para garantir aos associados a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente cumprindo as tarifas homologadas pela Aneel.

2.8. Gestão pela Qualidade Total

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica da CERILUZ com o objetivo buscar a melhoria de seu desempenho e prover uma base sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da CERILUZ é implementada com base no atendimento a todos os princípios adotados pelas NBRs ISO 9001:2015 e ISO 10002:2005, buscando dessa forma atender os requisitos das partes interessadas consideradas relevantes.

A CERILUZ está comprometida com o desenvolvimento e a melhoria contínua de seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e demonstra esta preocupação por meio do estabelecimento de uma Política da Qualidade, a qual é

divulgada aos colaboradores em todos os níveis para comprometimento e participação.

Para alcançar os objetivos e melhorar a eficácia de seu Sistema de Gestão da Qualidade, na qual é demonstrada pela satisfação de seus consumidores e a melhoria contínua de seus processos.

A CERILUZ elabora uma Política da Qualidade coerente com a direção estratégica do negócio e que:

- Seja apropriada ao propósito e ao contexto para possa apoiar o direcionamento estratégico;
- Proveja o estabelecimento dos Objetivos da Qualidade para demonstrar que o compromisso explicitado na Política esteja sendo alcançado;

Direcione para buscar a satisfação de seus consumidores e melhoria contínua de seu SGO.

A CERILUZ compromete-se a disponibilizar a Política da Qualidade às partes interessadas consideradas relevantes para o seu negócio, assim como comunicar e proporcionar o entendimento e a conscientização a todos os envolvidos, principalmente aos colaboradores que são os responsáveis por transformar os compromissos assumidos em ações concretas.

| Parte Interessada | Forma de Comunicação | Disponibilidade |
|---------------------------|--|-------------------|
| Colaboradores | Treinamentos, reuniões, circulares | Intranet e murais |
| Consumidores / Associados | Informativos, publicidades, reuniões e palestras | Site |
| Aneel | Relatório da Administração | Site |

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança, nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso SGO;
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos indicadores de continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comercial e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa, e dos Associados/Consumidores; e
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socioambiental.

2.9. Gestão de Pessoas e Processos

A busca constante por qualificação sempre foi determinante para a Ceriluz, preocupada com a capacitação dos seus funcionários, investiu no ano de 2019, R\$ 40 mil em cursos e treinamento de capacitação, proporcionando maiores conhecimentos para seus colaboradores, para que possam atender de melhor forma o associado. Ao final de 2019, contou com 122 empregados.

3. ATUAÇÃO NA ÁREA SOCIAL

Aprendizes Cooperativos Iniciam Atividades Práticas na Ceriluz

Um grupo de sete jovens está interagindo com os colaboradores da Ceriluz, desde o mês de maio de 2019. Trata-se dos participantes do Programa Aprendiz Cooperativo, que estão atuando na Cooperativa na função de Auxiliares Administrativos, inseridos em diferentes setores de trabalho.

O Programa Aprendiz Cooperativo tem o objetivo de abrir as portas do mercado de trabalho para estudantes entre 14 e 24 anos (incompletos no momento do encerramento do curso) ao permitir que eles possam trabalhar em uma cooperativa, aprender uma profissão e também entrar em contato com a cultura cooperativista, pautada em valores como igualdade, solidariedade, honestidade e transparência. O programa é apoiado pelo sistema OCERGS/SESCOOP/RS.

Além de agregar experiência para os jovens o programa serve para os empregadores conhecerem o perfil de cada jovem, verificando se estão aptos para uma eventual oportunidade de trabalho efetivo. Foi o que aconteceu com alguns dos participantes da edição anterior do Programa Aprendiz Cooperativo aqui na Ceriluz, cujo ciclo encerrou em dezembro de 2018. Cinco deles retornaram efetivados, para o Setor de Atendimento.

Hackathon Premia Jovens por Criação de Aplicativo para Gestão de Negócios da Ceriluz

O Hackathon é uma competição promovida pela Unijui, que se propõe ao desenvolvimento de protótipos e sistemas que possam ser aplicados no cotidiano de trabalho de empresas e entidades de Ijuí e região. Neste ano a empresa apoiadora foi a Ceriluz e nove equipes foram desafiadas a buscar soluções para um problema real, proposto pela Cooperativa. Após um mês de pesquisa e desenvolvimento, os grupos apresentaram, as ideias de produto para uma banca avaliadora. Trata-se de um aplicativo para gestão e acompanhamento em tempo real dos negócios do Grupo Ceriluz, contemplando a geração e a distribuição de energia e o provedor de internet. O resultado foi divulgado durante a Aula Magna dos 30 anos do Curso de Ciência da Computação, com entrega de prêmios aos três primeiros colocados.

Projeto Energia Amiga Apresenta Vencedores do Concurso de Redação e Desenhos

A Ceriluz apoiou, novamente, no ano de 2019, o Projeto Energia Amiga, que é coordenado pelo curso de engenharia elétrica da Unijui e que consiste em disseminar conhecimentos sobre os conceitos da eletricidade, consumo consciente e o uso seguro das instalações elétricas. O projeto se voltou para escolas de ensino fundamental nesse ano envolvendo educandários de Ijuí e Santa Rosa, alcançando principalmente estudantes dos terceiros e nonos anos.

Como sistematização do Projeto, os alunos foram desafiados a produzirem desenhos e redações sobre as temáticas relacionadas com a energia elétrica e algumas dessas produções foram selecionadas e publicadas em livro.

Ceriluz e Hci Assinam Convênio para Viabilizar Cuidados para a Saúde de Associados da Cooperativa

A Ceriluz e o Hospital de Caridade de Ijuí (HCI) firmaram uma importante parceria visando beneficiar os associados da cooperativa e seus dependentes. O convênio assinado autoriza a comercialização de serviços do cartão HCI Vida, que não configura plano de saúde. A formalização do convênio aconteceu no dia 17 de outubro, em cerimônia na Casa Ceriluz, no Parque de Exposições de Ijuí, durante a Expoijui/Fenadi 2019.

O sistema é uma modalidade de prestação de serviços médicos e de saúde, aonde o usuário realiza a compra de serviços diretamente dos prestadores, mediante cartão de acesso, com sistemática de pagamento pelos serviços, materiais e tratamentos consumidos. Na apresentação do sistema, o supervisor de comercial do HCI reforçou que quem aderir ao sistema, tem vantagens e descontos em consultas clínicas realizadas na central de convênios e com médicos credenciados e descontos em exames de diagnósticos por imagem e laboratoriais.

O serviço dispõe ainda do atendimento na emergência 24 horas, possibilidade de inclusão de procedimentos cirúrgicos e internações clínicas, mediante prévia negociação com a própria Central de Convênios do HCl na modalidade de pacotes, dando condição de pagamento flexível. “Os associados da Ceriluz de toda a região, a partir de agora, podem aderir ao nosso cartão, onde a mensalidade será descontada diretamente na conta de energia elétrica”, explica Mateus. O grande atrativo é O valor da mensalidade, onde o titular paga R\$24,90 e o dependente R\$9,90.

Parceria SESCOOP/FECOERGS Promoveu Viagem de Conhecimento aos Estados Unidos

O presidente da Ceriluz e da Federação das Cooperativas de Energia do RS – FECOERGS, Iloir de Pauli, liderou entre os dias 21 e 25 de outubro, uma missão de cooperativas do ramo de infraestrutura para os Estados Unidos, mais especificamente para os estados da Califórnia e Texas, que visitou, respectivamente, empresas do chamado Vale do Silício e cooperativas e concessionárias de energia daquele país. A viagem foi promovida pelo SESCOOP/RS, através da ESCOOP – Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo, no intuito de propiciar uma imersão no ambiente das organizações mais inovadoras e de alta tecnologia no mundo, apresentando o que há de excelência em tecnologia e inovação para cooperativas.

Para o presidente Iloir, foram dois momentos distintos, mas importantes para o grupo, que proporcionaram a oportunidade de mudança na forma de pensar os negócios das cooperativas. “O importante agora é podermos voltar para as nossas cooperativas e, juntamente com os conselhos e colaboradores, avaliar essas experiências que tivemos e desenvolver novas ideias com base nos exemplos vistos nas empresas e cooperativas visitadas”. Para o presidente duas questões chamam a atenção nas empresas visitadas: a inovação e a capacidade de pensar o futuro. “As mudanças estão acontecendo e nós precisamos estar preparados para elas. Ao exemplo do que eles fazem, temos que começar a preparar hoje o que queremos para nossas organizações no futuro, seja no curto ou no longo prazo”, avalia.

Representantes De Cooperativas Sul-Mato-Grossenses Buscam Referências na Ceriluz

A Ceriluz no dia 18 de setembro, a visita de comitiva formada por representantes de três cooperativas do Estado de Mato Grosso do Sul. Estiveram representadas a Cergrand - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados; a Coeso - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural do Sudoeste Sul-mato-grossense, de Dois Irmãos do Buriti, e a Cercampo - Cooperativa de Eletrificação Rural, de Anhanduí.

Estiveram na Ceriluz, Jorge Luís Barbosa e Antônio Carlos Figueiredo, presidente e engenheiro eletricista da Cergrand, Edson Gonçalves Matos e Seiji Kato, presidente e vice-presidente da Coeso, e Arão Antônio Moraes, presidente da Cercampo. Porém, não foi apenas um encontro de cooperativas, mas também de federações. Assim como o presidente da Ceriluz, Iloir de Pauli, preside a Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento do RS – FecoerGS, o presidente da Cergrand, Jorge Barbosa, chefia a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Mato Grosso do Sul (Fecoerms).

Colaboradores da Ceriluz apresentaram detalhes sobre as atividades do Grupo Ceriluz, incluindo assuntos técnicos das cooperativas de geração e distribuição, gestão contábil e provimento de internet.

Encontro em Ijuí Encerra Ciclo de Atividades Junto aos Associados da Ceriluz

A ação se encaixa no Programa Além da Energia, cujo objetivo é proporcionar aos participantes atividades diferentes daquilo que é o dia a dia da Cooperativa, ou seja, a geração e distribuição de energia. Contudo, a direção da cooperativa aproveitou as oportunidades de estar junto aos associados e apresentou algumas informações sobre a evolução financeira do grupo Ceriluz e os investimentos em andamento ou previstos.

4. OUTORGADA EM NÚMEROS

Cada vez mais, a Cooperativa vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

| Atendimento | 2019 | 2018 | % |
|--|-------------|-------------|----------|
| Número de consumidores | 13.997 | 13.883 | 0,82% |
| Número de empregados | 122 | 113 | 7,96% |
| Número de consumidores por empregado | 115 | 123 | (6,62)% |
| Número de localidades atendidas | 24 | 24 | - |
| Número de agências | 1 | 1 | - |
| Número de postos de atendimento | 2 | 3 | (33,33)% |
| Número de postos de arrecadação | 44 | 44 | - |
| Mercado | 2019 | 2018 | % |
| Área de concessão (Km ²) | 3.977.832 | 3.977.832 | - |
| Distribuição Direta (GWh) | 133,15 | 126,89 | 4,93% |
| Total Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh) | 386,02 | 338,07 | 14,18% |
| Residencial | 473,20 | 423,78 | 11,66% |
| Comercial | 484,86 | 426,58 | 13,66% |
| Industrial | 360,05 | 335,27 | 7,39% |
| Rural | 367,67 | 313,64 | 17,23% |
| Suprimento | 233,70 | - | 100,00% |
| DEC (horas) | 14,81 | 13,80 | 7,32% |
| FEC (número de interrupções) | 11,03 | 11,39 | (3,16)% |
| TMA (minutos) | 92,00 | 90,00 | 2,22% |
| Operacionais | 2019 | 2018 | % |
| Número de subestações | 3 | 3 | - |
| Linhas de distribuição (Km) | 4.187 | 4.211 | (0,57)% |
| Capacidade Instalada (MW) | 166.208 | 161.925 | 2,65% |
| Financeiros Societário | 2019 | 2018 | % |
| Receita operacional bruta (R\$ mil) | 94.132 | 73.118 | 28,74% |
| Receita operacional líquida (R\$ mil) | 73.437 | 55.601 | 32,08% |
| EBITDA OU LAJIDA | 10.710 | 9.049 | 18,36% |
| Lucro líquido (R\$ mil) | 6.958 | 6.111 | 13,86% |
| Patrimônio líquido (R\$ mil) | 65.043 | 58.758 | 10,70% |
| Financeiros Regulatórios | 2019 | 2018 | % |
| Receita operacional bruta (R\$ mil) | 94.132 | 73.118 | 28,74% |
| Receita operacional líquida (R\$ mil) | 73.437 | 55.601 | 32,08% |
| Margem operacional do serviço líquido (%) | 2,05 | 3,32 | (38,21)% |
| EBITDA OU LAJIDA | 10.710 | 9.049 | 18,36% |
| Lucro líquido (R\$ mil) | 1.505 | 1.844 | (18,38)% |
| Patrimônio líquido (R\$ mil) | 137.896 | 106.750 | 29,18% |

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo profissionalismo e comprometimento com que têm desempenhado seu papel. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de todo quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Ijuí – RS, 31 dezembro de 2019.
A Administração.



**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS**

2019

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2019
COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
5.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

(Valores em Milhares de Reais)

| ATIVO | Notas | 2019 | 2018 |
|--|-----------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | 26.597 | 20.509 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 7.895 | 6.684 |
| Consumidores | 7 | 9.677 | 7.239 |
| Concessionárias e permissionárias | 7 | 175 | 8 |
| Serviços em curso | 8 | 846 | 259 |
| Tributos compensáveis | 9 | 584 | 599 |
| Depósitos Judiciais e Cauções | 10 | 278 | - |
| Almoxarifado operacional | 11 | 648 | 406 |
| Investimentos temporários | 12 | 29 | 15 |
| Ativos regulatórios | 38 | 2.995 | 1.747 |
| Despesas pagas antecipadamente | 13 | 61 | 105 |
| Outros ativos circulantes | 14 | 3.409 | 3.447 |
| NÃO CIRCULANTE | | 133.545 | 105.638 |
| Tributos compensáveis | 9 | 716 | 798 |
| Depósitos judiciais e cauções | 10 | 61 | 61 |
| Outros ativos não circulantes | 15 | 181 | 181 |
| Bens e atividades não vinculadas a permissão | 16 | 101 | 72 |
| Imobilizado | 17 | 132.210 | 104.276 |
| Intangível | 17 | 276 | 250 |
| TOTAL DO ATIVO | | 160.142 | 126.147 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
5.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

(Valores em milhares de Reais)

| PASSIVO | Notas | 2019 | 2018 |
|--|--------------|----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | 11.423 | 11.631 |
| Fornecedores | 18 | 2.336 | 2.449 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 19 | 255 | 800 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 20 | 1.948 | 1.685 |
| Tributos e Contribuições Sociais a Recolher | 21 | 637 | 275 |
| Provisão para litígios | 22 | - | 3.193 |
| Encargos setoriais | 23 | 1.418 | 1.098 |
| Passivos regulatórios | 38 | 1.386 | 161 |
| Outros passivos circulantes | 24 | 3.443 | 1.970 |
| NÃO CIRCULANTE | | 10.823 | 7.766 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 19 | 890 | 9 |
| Provisão para litígios | 22 | 4.086 | 900 |
| Outros passivos não circulantes | 25 | 22 | 22 |
| Obrigações vinculadas à permissão | 39 | 5.825 | 6.835 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 22.246 | 19.397 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 26 | | |
| Capital social | | 7.442 | 6.648 |
| Reservas de capital | | 568 | 568 |
| Outros resultados abrangentes | | 78.583 | 54.483 |
| Reserva de sobras | | 49.761 | 43.583 |
| Sobras à disposição da Assembleia | | 1.542 | 1.467 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 137.896 | 106.750 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 160.142 | 126.147 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

(Valores em Milhares de Reais)

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | Notas | 2019 | 2018 |
|---|-----------|-----------------|-----------------|
| Receita / Ingresso | 28 | 94.132 | 73.118 |
| Fornecimento de energia elétrica | | 39.434 | 24.449 |
| Suprimento de energia elétrica | | 1.306 | - |
| Disponibilização do sistema de distribuição | | 29.690 | 32.156 |
| Ativos e Passivos Regulatórios | | 810 | 925 |
| Serviços cobráveis | | 9 | 11 |
| Doações, contrib. e subvenções | | 22.883 | 15.577 |
| Tributos | 29 | (13.361) | (11.200) |
| ICMS | | (12.037) | (10.119) |
| PIS-PASEP | | (236) | (193) |
| COFINS | | (1.088) | (888) |
| Encargos - Parcela "A" | 30 | (7.334) | (6.317) |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | | (5.345) | (3.711) |
| Taxa de Fiscalização - TFSEE | | (146) | (132) |
| Outros encargos | | (1.843) | (2.474) |
| Receita líquida / Ingresso líquido | | 73.437 | 55.601 |
| Custos não gerenciáveis - Parcela "A" | 31 | (43.627) | (24.115) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (34.314) | (15.098) |
| Encargo de transmissão, conexão e distribuição | | (9.313) | (9.017) |
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | | 29.810 | 31.486 |
| Custos gerenciáveis - Parcela "B" | 32 | (27.597) | (29.415) |
| Pessoal e administradores | | (11.380) | (8.729) |
| Material | | (3.218) | (5.827) |
| Serviços de terceiros | | (3.061) | (3.026) |
| Arrendamentos e aluguéis | | (39) | (49) |
| Seguros | | (79) | (62) |
| Provisões | | (3) | (2.940) |
| (-) Recuperação de despesas | | 408 | 340 |
| Tributos | | (75) | (62) |
| Depreciação e amortização | | (8.497) | (7.142) |
| Gastos diversos | | (1.653) | (1.918) |
| Outras receitas operacionais | 33 | 494 | 69 |
| Outras despesas operacionais | 34 | (974) | (568) |
| Resultado da Atividade | | 1.733 | 1.572 |
| Resultado Financeiro | | 28 | 333 |
| Despesas financeiras | 46 | (653) | (206) |
| Receitas financeiras | 46 | 681 | 539 |
| Resultado antes dos impostos sobre os lucros | | 1.761 | 1.905 |
| Contribuição social | | (74) | (23) |
| Imposto de renda | | (182) | (40) |
| Resultado líquido do exercício | | 1.505 | 1.842 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA
(Valores em Milhares de Reais)

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE | 2019 | 2018 |
|--|--------------|--------------|
| RECURSOS | | |
| Resultado do Período | 1.505 | 1.844 |
| Demais Resultados | 6.769 | 5.680 |
| Realização de Reservas Reavaliação | 556 | 580 |
| Reversão da Baixa da Reavaliação | 206 | 186 |
| Realização de Reservas Reavaliação VNR | 3.885 | 2.690 |
| Reversão da Baixa da Reavaliação VNR | 1.568 | 1.577 |
| Reversão do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES | 554 | 647 |
| Resultado Líquido do Período | 8.274 | 7.524 |
| DESTINAÇÕES | | |
| Destinações de Caráter Fiscal - FATES | 567 | 187 |
| Fates/Rates (Art. 87 da lei 5764/71) | 567 | 187 |
| Destinações de Caráter Legal | 6.165 | 5.870 |
| Reserva Legal 45% - Artigo 47 | 3.468 | 3.302 |
| FATES - 5% - Artigo 47 | 385 | 367 |
| Reserva Manutenção Redes 30% | 2.312 | 2.201 |
| SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O. | 1.542 | 1.467 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
 (Valores em Milhares de Reais)

| CONTAS MUTAÇÕES | CAPITAL SOCIAL | RESERVAS DE CAPITAL | RESERVA DE REAVALIAÇÃO | RESERVA DE SOBRAS | SOBRAS E/OU PERDAS ACUMULADAS | TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|---|----------------|---------------------|------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Saldo em 31.12.2017 | 6.647 | 568 | 59.517 | 38.173 | 1.509 | 106.414 |
| Destinação Conforme A.G.O | - | - | - | - | (1.509) | (1.509) |
| Realização do Capital | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Realização de Reavaliação (Baixa) | - | - | (1.763) | - | 1.763 | - |
| Realização de Reavaliação | - | - | (3.270) | - | 3.270 | - |
| Realização de FATES | - | - | - | (647) | 647 | - |
| Sobra do Exercício | - | - | - | - | 1.844 | 1.844 |
| Destinação Estatutária Reserva Legal | - | - | - | 3.302 | (3.302) | - |
| Destinação Estatutária Fates | - | - | - | 367 | (367) | - |
| Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes | - | - | - | 2.201 | (2.201) | - |
| Destinação Fiscal FATES | - | - | - | 187 | (187) | - |
| Saldo em 31.12.2018 | 6.648 | 568 | 54.484 | 43.583 | 1.467 | 106.750 |
| Destinação Conforme A.G.O | - | - | - | - | (1.467) | (1.467) |
| Realização do Capital | 794 | - | - | - | - | 794 |
| Realização de Reavaliação (Baixa) | - | - | (1.774) | - | 1.774 | - |
| Realização de Reavaliação | - | - | (4.441) | - | 4.441 | - |
| Reavaliação Regulatória | - | - | 30.314 | - | - | 30.314 |
| Realização de FATES | - | - | - | (554) | 554 | - |
| Sobra do Exercício | - | - | - | - | 1.505 | 1.505 |
| Destinação Estatutária Reserva Legal | - | - | - | 3.468 | (3.468) | - |
| Destinação Estatutária Fates | - | - | - | 385 | (385) | - |
| Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes | - | - | - | 2.312 | (2.312) | - |
| Destinação Fiscal FATES | - | - | - | 567 | (567) | - |
| Saldo em 31.12.2019 | 7.442 | 568 | 78.583 | 49.761 | 1.542 | 137.896 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRÍCIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

(Valores em Milhares de Reais)

| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 2019 | | 2018 | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1. Receitas | 94.627 | | 73.187 | |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 71.240 | | 56.605 | |
| Outras receitas (ANC e ativos construídos para uso próprio) | 23.387 | | 16.582 | |
| 2. Insumos Adquiridos de Terceiros | 52.321 | | 38.225 | |
| Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos | 43.627 | | 24.115 | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 8.694 | | 14.110 | |
| 3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2) | 42.306 | | 34.962 | |
| 4. Depreciação, amortização e exaustão | 8.497 | | 7.142 | |
| 5. VALOR ADIC. LÍQUIDO GERADO EMPRESA (3-4) | 33.809 | | 27.820 | |
| 6. Valor Adicionado Recebido em Transferência | 681 | | 539 | |
| Receitas financeiras, aluguéis e royalties | 681 | | 539 | |
| 7. VALOR ADIC. TOTAL A DISTRIBUIR (5+6) | 34.490 | % | 28.359 | % |
| 8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | | |
| Pessoal | 9.090 | 26,35% | 7.356 | 25,95% |
| Remuneração direta | 6.429 | 18,64% | 4.471 | 15,77% |
| Benefícios | 1.908 | 5,53% | 2.402 | 8,47% |
| Encargos Sociais - FG.T.S. e PIS Folha | 753 | 2,18% | 483 | 1,71% |
| Impostos, taxas e contribuições | 23.242 | 67,39% | 18.953 | 66,83% |
| Federais | 11.205 | 32,49% | 8.834 | 31,15% |
| Estaduais | 12.036 | 34,90% | 10.119 | 35,68% |
| Municipais | 1 | - | 1 | - |
| Remuneração de capitais de terceiros | 653 | 1,89% | 206 | 0,73% |
| Juros | 653 | 1,89% | 206 | 0,73% |
| Remuneração de capitais próprios | 1.505 | 4,37% | 1.844 | 6,49% |
| Lucros retidos | 1.505 | 4,37% | 1.844 | 6,49% |
| 9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO | 34.490 | 100% | 28.359 | 100% |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO

(Valores em milhares de reais)

| | 2019 | 2018 |
|--|----------------|----------------|
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | | |
| (+) Arrecadação Venda de Energia | 43.804 | 31.434 |
| (+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres | 29.690 | 32.157 |
| (+) Arrecadação Venda para Suprimento de Energia | 1.306 | - |
| (+) Serviço Taxado | 9 | 11 |
| (+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda | 22.924 | 14.482 |
| (+) Outros Recebimentos Operacionais | 766 | 360 |
| (-) Fornecedores - Materiais e Serviços | (18.803) | (17.658) |
| (-) Fornecedores - Energia Elétrica | (38.379) | (17.961) |
| (-) Salários e Encargos Sociais | (12.276) | (10.940) |
| (-) Tributos sobre a Receita - Federais | (1.092) | (1.018) |
| (-) Tributos sobre a Receita - Estaduais | (10.845) | (9.253) |
| (-) Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL) | (196) | (31) |
| (-) Encargos de Transmissão | (4.140) | (4.110) |
| (-) Demais Encargos Regulatórios | (6.116) | (6.962) |
| (-) Outras Despesas Operacionais | (2.100) | (982) |
| (-) Impostos, taxas e contribuições | (295) | (1.361) |
| Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais | 4.257 | 8.168 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos | | |
| (+) Alienação de Imobilizado | 509 | 149 |
| (+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras | 230 | 47 |
| (+) Resgates! Recebimentos de Ativos Financeiros Amortização e Juros | - | 3.196 |
| (-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros | (15) | (12) |
| (-) Aquisição Bruta de Imobilizado | (4.494) | (5.215) |
| (+) Participação Financeira do Consumidor em Obras | 616 | 427 |
| (-) Aquisição e Aumento de Participações Societárias e AFAC's Empresas Ligadas | (30) | - |
| (-) Outras Movimentações de Investimentos | - | - |
| Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos | (3.184) | (1.408) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | | |
| (+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Curto Prazo | 200 | - |
| (+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Longo Prazo | 800 | - |
| (-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - CP | (821) | (949) |
| (-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - LP | (41) | - |
| Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos | 138 | (949) |
| Caixa Líquido Gerado no Período | 1.211 | 5.811 |
| Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 6.684 | 873 |
| Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 7.895 | 6.684 |
| Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa | 1.211 | 5.811 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Nota 1 – Setor Elétrico no Brasil

O Setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo é realizado pela Cooperativa de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de permissão.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa de fornecimento de energia consistindo em dois componentes: 1 – uma parcela referente aos custos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica não gerenciáveis (Custo da Parcela A) e 2 – uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas nos processos de revisão tarifária periódica e revistas anualmente nos processos de reajuste tarifário, nos quais são contempladas na tarifa as variações dos custos dos componentes da Parcela A, bem como o repasse da inflação correspondente ao valor da Parcela B, havidos a cada ciclo.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 – Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis,

bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, exceto quando especificado em contrário.

Nota 4 – Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 5 – Principais Práticas Contábeis Regulatórias

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado Em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 30 de abril de 2019. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou reavaliação. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

(i) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES/RATES

Os dispêndios/despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

Os referidos dispêndios/despesas totalizaram R\$ 554 mil em 2019 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos e treinamentos aos colaboradores, plano de saúde e eventos com palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

(r) Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita/ingressos futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

(s) Imobilizado em Curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

(t) Reserva de Reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 25.3. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

(u) Reconhecimento de ingressos/receita

Os ingressos/receitas operacionais do curso normal das atividades da Outorgada são medidos pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Os ingressos/receitas operacionais são reconhecidos quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor dos ingressos/receitas operacionais possam ser mensurados de maneira confiável. Os ingressos/receitas de distribuição de energia elétrica são reconhecidas no momento em que a energia é faturada. Os Ingressos/receitas não faturadas, relativas ao ciclo de faturamento mensal, são apropriadas considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado.

Historicamente, a diferença entre ingresso/receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 25% ou mais do total do faturamento. O ingresso/receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

| Instituição Financeira | Tipo de aplicação | Vencimento | Remuner. no Venc. % | 2019 | 2018 |
|-------------------------|-------------------|------------|---------------------|--------------|--------------|
| Caixa e Bancos | | | | 858 | 299 |
| Sicredi | Sicredinvest | Diário | 95% CDI | 303 | 4.928 |
| Sicredi | Sicredinvest | Diário | 100% CDI | 452 | - |
| Sicredi | Sicredinvest | 16/01/20 | 100% CDI | 1.503 | - |
| Sicredi | Sicredinvest | 22/01/20 | 100% CDI | 400 | - |
| Sicredi | Sicredinvest | 26/01/20 | 100% CDI | 600 | - |
| Banco do Brasil S. A | CDB-DI | Diário | 97% CDI | 1.110 | 1.002 |
| Banco Santander S. A | CDB-DI | Diário | 94,5% CDI | 503 | 203 |
| Banrisul | Super CDB | Diário | 97% CDI | 1.009 | 251 |
| Caixa Econômica Federal | CDB-DI | Diário | 95,5% CDI | 502 | - |
| Poupança Sicredi | CDB-DI | Diário | 70% CDI | 1 | 1 |
| Cresol Ijuí | CDB-DI | 03/01/20 | 100% CDI | 553 | - |
| Cresol Augusto Pestana | CDB-DI | Diário | 100% CDI | 101 | - |
| TOTAL | | | | 7.895 | 6.684 |

Nota 7 – Consumidores
Composição das Contas a Receber

| DESCRIÇÃO - R\$ Mil | VALORES CORRENTES | | | | | | | VALORES RENEGOCIADOS | | | | | TOTAL 2019 LÍQUIDO | TOTAL 2018 LÍQUIDO | |
|--|-------------------|--------------------|------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------|--|-------------------------|----------------|------------------------|------------|--------------------------|--------------------------|--|
| | CORRENTE A VENCER | | CORRENTE VENCIDA | | | | | Provisão p/ Devedores Duvidosos | RENEGOCIADA A VENCER | | RENEGOCIADA VENCIDA | | | | Provisão p/ Devedores Duvidosos |
| | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Mais de 360 Dias | Até 60 dias | | Mais de 60 dias | Até 60 dias | Mais de 60 dias | | | | |
| Fornecimento de Energia | 8.637 | - | 660 | 7 | 13 | 68 | (80) | 16 | 16 | 9 | 13 | (5) | 9.354 | 6.909 | |
| Residencial | 579 | - | 218 | 4 | 2 | 14 | (20) | 4 | 2 | 3 | 1 | (1) | 806 | 281 | |
| Industrial | 1.976 | - | 8 | - | - | 11 | (11) | - | - | - | 1 | - | 1.985 | 1.541 | |
| Comercial | 986 | - | 82 | 1 | - | 5 | (6) | 7 | 5 | 1 | 1 | (1) | 1.081 | 913 | |
| Rural | 2.485 | - | 334 | 2 | 11 | 32 | (37) | 4 | 5 | 5 | 10 | (3) | 2.848 | 2.515 | |
| Poderes Públicos | 28 | - | 3 | - | - | 4 | (4) | - | - | - | - | - | 31 | 23 | |
| Iluminação Pública | 21 | - | - | - | - | - | - | 1 | 4 | - | - | - | 26 | 17 | |
| Serviço Público | 318 | - | 14 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 332 | 267 | |
| Serviço Taxado | 1 | - | 1 | - | - | 2 | (2) | - | - | - | - | - | 2 | 2 | |
| Fornecimento Não Faturado | 2.243 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.243 | 1.350 | |
| (-) Arrecadação Processo Classif. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Participação Financeira do Consumidor | 36 | 215 | 7 | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - | 260 | 265 | |
| Outros Créditos | 41 | 1 | 20 | - | 1 | 3 | (3) | - | - | - | - | - | 63 | 65 | |
| TOTAL CONSUMIDORES | 8.714 | 216 | 687 | 9 | 14 | 71 | (83) | 16 | 16 | 9 | 13 | (5) | 9.677 | 7.239 | |
| Suprimento Energia - Moeda Nacional | 167 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 167 | - | |
| Suprimento Energia - Moeda Estrangeira | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | 8 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 8 | 8 | |
| Suprimento \ Encargos Rede Não Faturado | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| TOTAL CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS | 175 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 175 | 8 | |
| TOTAL | 8.889 | 216 | 687 | 9 | 14 | 71 | (83) | 16 | 16 | 9 | 13 | (5) | 9.852 | 7.247 | |

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante. A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 88 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 8 – Serviços em Curso

| | 2019 | 2018 |
|--|------------|------------|
| Manutenção de Redes | 846 | 259 |
| Total de Serviço Próprio em Curso | 846 | 259 |

Nota 9 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis
Ativo Circulante

| | 2019 | 2018 |
|---------------------------------------|------------|------------|
| ICMS a Recuperar Curto Prazo | 575 | 575 |
| IRRF a Compensar | 2 | 17 |
| IRRF a Recuperar | 7 | 9 |
| Contribuição Social Estimada | - | (2) |
| Total de Tributos Compensáveis | 584 | 599 |

Ativo Não Circulante

| | 2019 | 2018 |
|---------------------------------------|------------|------------|
| ICMS a Recuperar Longo Prazo | 716 | 798 |
| Total de Tributos Compensáveis | 716 | 798 |

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 10 – Depósitos Judiciais e Cauções

| Contingências | Curto Prazo | Longo Prazo | Valor Estimado 2019 | Valor Estimado 2018 |
|-------------------------------|-------------|-------------|---------------------|---------------------|
| Trabalhistas | - | 61 | 61 | 61 |
| Cíveis | - | - | - | - |
| Fiscais | 278 | - | 278 | - |
| Total de Contingências | 278 | 61 | 339 | 61 |

Em reunião realizada no dia 23/08/2018, mediada pelo Grupo Setorial de Energia da SEFAZ/RS, em Porto Alegre/RS, presentes as cooperativas permissionárias de distribuição de energia elétrica atuantes no Estado do Rio Grande do Sul, foram apresentadas comunicações de autuações aos agentes pelo não recolhimento de ICMS no período de abril/2013 à agosto/2018, referente às parcelas recebidas da subvenção, com fulcro no Decreto 7.891/2013, das classes rurais, irrigantes e serviços públicos de água e esgoto.

Diante das pontuações, por orientação da assessoria jurídica contratada, indicada via Federação, encaminhamos consulta formal à SEFAZ/RS para embasamento legal da cobrança suscitada, a qual tomamos ciência da resposta em 01/11/2018, cuja argumentação ponderando cabível a incidência de ICMS. Mediante alegações, em 18/11/2018, foi impetrado mandado de segurança, através do processo nº 9065443-47.2018.8.21.0001, face a 6ª Vara Pública de Porto Alegre/RS, contestando o alegado, referenciando a ilegalidade do imposto sobre a subvenção criada através

da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, com pedido liminar, deferida, então, pelo recurso, o que determinou a suspensão de qualquer ato de lançamento ou cobrança do tributo em discussão até decisão final.

Ato contínuo, em 17/12/2018 recebemos da SEFAZ/RS o Auto de Lançamento nº 42237653 – Processo Administrativo nº 18/1404 0030183-4, com valores totais para pagamento ao montante de R\$ 3.251.544,53 (principal R\$ 1.750.676,18, multa R\$ 1.050.405,43, juros R\$ 450.462,92), sobre o qual também foi apresentada impugnação administrativa.

Por se tratar de matéria recente, com direcionamento jurídico favorável, a Cooperativa optou por efetuar depósitos judiciais com valores a partir da competência de janeiro de 2019.

Nota 11 – Almojarifado Operacional

| | 2019 | 2018 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Almojarifado de Manutenção de Redes | 571 | 402 |
| Resíduos e Sucatas | 77 | 4 |
| Total do Estoque | 648 | 406 |

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 12 – Investimentos Temporários

A composição dos Investimentos Temporários é a seguinte:

| | 2019 | 2018 |
|--|-----------|-----------|
| Banrisul Capitalização | 27 | 14 |
| BB Capitalização | 2 | 1 |
| Total Títulos e Valores Mobiliários | 29 | 15 |

Nota 13 – Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

| | 2019 | 2018 |
|---|-----------|------------|
| Prêmio de Seguro de Veículos | 9 | 6 |
| Publicidade | 52 | 54 |
| IPVA | - | 45 |
| Total Despesas Pagas Antecipadamente | 61 | 105 |

Nota 14 - Outros Ativos Circulantes

| | 2019 | 2018 |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| CDE Aneel | 1.887 | 1.927 |
| Empregados | 149 | 117 |
| Adiantamento a Fornecedores | 183 | 418 |
| Outros Devedores | - | - |
| Alienação de Bens e Direitos | - | 1 |
| Dispêndios a Reembolsar | 764 | 594 |
| Rendas a receber | 2 | - |
| Desativações e Alienações | 424 | 390 |
| Total Outros Recebíveis | 3.409 | 3.447 |

Nota 15 - Outros Ativos não Circulantes

| | 2019 | 2018 |
|--|------------|------------|
| Pagamentos Judiciais a Receber | 181 | 181 |
| Total Outros Ativos Não Circulantes | 181 | 181 |

Nota 16 - Bens e atividades não vinculados a permissão

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

| INVESTIMENTOS | 2019 | 2018 |
|---|------------|-----------|
| Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas | | |
| Participação FECOERGS | 1 | 1 |
| Participação SICREDI Augusto Pestana | 57 | 54 |
| Participação SICREDI Catujpe | 8 | 7 |
| Participação CRESOL Santo Augusto | 5 | 5 |
| Participação Crehnor Noroeste Ijuí | 30 | - |
| Participação Cresol Augusto Pestana | - | - |
| Total 1 | 101 | 67 |
| Composição em Incentivos Fiscais | | |
| Ações FINOR | - | 2 |
| Ações FINAM | - | 3 |
| Ações EMBRAER | - | - |
| Total 2 | - | 5 |
| TOTAL (1+2) | 101 | 72 |

Nota 17 - Imobilizado e Intangível
17.1. Imobilizado em Serviço e em Curso

| Ativo Imobilizado em Serviço - Mil | Valor Bruto em 31/12/2018 | Adições (A) | Baixas (B) | Transfe-rências (C) | Reavalia-ção | Valor Bruto em 31/12/2019 | Adições Líquidas = (A)-(B)+(C) | Deprecia-ção Acum. | Valor Líquido em 31/12/2019 | Valor Líquido em 31/12/2018 | Obrigações Especiais Brutas | Amortiza-ção Acum. | Obrigações Especiais Líquidas |
|------------------------------------|---------------------------|---------------|-----------------|---------------------|---------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--------------------|-------------------------------|
| Distribuição | 144.589 | 6.190 | (11.242) | - | 47.468 | 187.005 | (5.052) | (62.931) | 124.074 | 97.171 | 6.381 | (987) | 5.394 |
| Terrenos | 298 | - | - | - | 555 | 853 | - | - | 853 | 298 | - | - | - |
| Edificações, Obras Civas e Benf. | 430 | 94 | - | - | 234 | 758 | 94 | (206) | 552 | 298 | - | - | - |
| Máquinas e Equipamentos | 141.266 | 5.558 | (10.669) | - | 45.592 | 181.747 | (5.111) | (61.317) | 120.430 | 95.047 | 6.381 | (987) | 5.394 |
| Veículos | 2.595 | 538 | (573) | - | 1.087 | 3.647 | (35) | (1.408) | 2.239 | 1.528 | - | - | - |
| Móveis e Utensílios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administração | 292 | 390 | - | - | 196 | 878 | 390 | (260) | 618 | 190 | 150 | (149) | 1 |
| Terrenos | 40 | - | - | - | 27 | 67 | - | - | 67 | 40 | - | - | - |
| Edificações, Obras Civas e Benf. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e Equipamentos | 185 | 116 | - | - | 124 | 425 | 116 | (178) | 247 | 113 | 150 | (149) | 1 |
| Veículos | 67 | 141 | - | - | 45 | 253 | 141 | (76) | 177 | 37 | - | - | - |
| Móveis e Utensílios | - | 133 | - | - | - | 133 | 133 | (6) | 127 | - | - | - | - |
| Subtotal | 144.881 | 6.580 | (11.242) | - | 47.664 | 187.883 | (4.662) | (63.191) | 124.692 | 97.361 | 6.531 | 1.136 | 5.395 |
| Ativo Imobilizado em Curso - Mil | Valor Bruto em 31/12/2018 | Adições (A) | Baixas (B) | Transfe-rências (C) | Reavalia-ção | Valor Bruto em 31/12/2018 | Adições Líquidas = (A)-(B)+(C) | Deprecia-ção Acum. | Valor Líquido em 31/12/2018 | Valor Líquido em 31/12/2018 | Obrigações Especiais Brutas | Amortiza-ção Acum. | Obrigações Especiais Líquidas |
| Distribuição | 6.805 | 13.408 | (12.872) | - | - | 7.341 | 536 | - | 7.341 | 6.805 | 430 | - | 430 |
| Máquinas e Equipamentos | 2.739 | 6.132 | (5.855) | - | - | 3.016 | 277 | - | 3.016 | 2.739 | 430 | - | 430 |
| Outros | 4.066 | 7.276 | (7.017) | - | - | 4.325 | 259 | - | 4.325 | 4.066 | - | - | - |
| Administração | 110 | 457 | (390) | - | - | 177 | 67 | - | 177 | 110 | - | - | - |
| Máquinas e Equipamentos | 1 | 324 | (148) | - | - | 177 | 176 | - | 177 | 1 | - | - | - |
| Outros | 109 | 133 | (242) | - | - | - | (109) | - | - | 109 | - | - | - |
| Subtotal | 6.915 | 13.865 | (13.262) | - | - | 7.518 | 603 | - | 7.518 | 6.915 | 430 | - | 430 |
| Total do Ativo Imobilizado | 151.796 | 20.445 | (24.504) | - | 47.664 | 195.401 | (4.059) | (63.191) | 132.210 | 104276 | 6.961 | (1.136) | 5.825 |

17.2. Intangível em Serviço e em Curso

| Intangível - R\$ | Valor Bruto em 31/12/2018 | Adições (A) | Baixas (B) | Transfe-rências (C) | Reavalia-ção | Valor Bruto em 31/12/2019 | Adições Líquidas = (A)-(B)+(C) | Amortiza-ção Acum. | Valor líquido em 31/12/2019 | Valor Líquido em 31/12/2018 |
|------------------------------------|---------------------------|-------------|-------------|---------------------|--------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Ativo Intangível em Serviço | | | | | | | | | | |
| Distribuição | 146 | - | - | - | 4 | 150 | 4 | (102) | 48 | 39 |
| Servidões | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Softwares | 146 | - | - | - | 4 | 150 | 4 | (102) | 48 | 39 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administração | 620 | 15 | - | - | 67 | 702 | 82 | (570) | 132 | 103 |
| Softwares | 620 | 15 | - | - | 67 | 702 | 82 | (570) | 132 | 103 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | 765 | 15 | - | - | 71 | 851 | 86 | (672) | 179 | 143 |
| Ativo Intangível em Curso | | | | | | | | | | |
| Distribuição | 107 | - | (10) | - | - | 97 | (10) | - | 97 | 107 |
| Servidões | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Softwares | 107 | - | (10) | - | - | 97 | (10) | - | 97 | 107 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administração | - | 6 | (6) | - | - | - | - | - | - | - |
| Softwares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | 6 | (6) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | 107 | 6 | (16) | - | - | 97 | (10) | - | 97 | 107 |
| Total do Ativo Intangível | 872 | 21 | (16) | - | 71 | 948 | 76 | (672) | 276 | 250 |

17.3. Evolução e Projeção dos Investimentos

| Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2018 | Adições (A) | Baixas (B) | Transfe-rências (C) | Reavalia-ção | Valor Bruto em 31/12/2019 | Adições Líquidas = (A)-(B)+(C) |
|--|---------------------------|--------------|-----------------|---------------------|---------------|---------------------------|--------------------------------|
| AIS Bruto | 141.266 | 5.558 | (10.669) | - | 45.592 | 181.747 | (5.111) |
| Transformador de Distribuição | 36.669 | 1.215 | (1.843) | - | 2.971 | 39.012 | (628) |
| Medidor | 2.265 | 221 | (193) | - | 878 | 3.171 | 28 |
| Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV) | 22.109 | 1.048 | (563) | - | 10.051 | 32.645 | 485 |
| Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV) | 51.589 | 2.447 | (1.315) | - | 23.453 | 76.174 | 1.132 |
| Redes Alta Tensão (69 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Redes Alta Tensão (>= 230 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV) | 9.697 | 8 | (220) | - | 8.239 | 17.724 | (212) |
| Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV) | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais Máquinas e Equipamentos | 18.937 | 619 | (6.535) | - | - | 13.021 | (5.916) |
| Obrigações Especiais do AIS Bruto | 5.708 | 673 | - | - | - | 6.381 | 673 |
| Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Univers. | 5.708 | 673 | - | - | - | 6.381 | 673 |

17.4. Depreciação e Amortização

Taxas Anuais Médias de Depreciação

| Ativo Imobilizado - R\$ Mil | Taxas anuais médias de depreciação (%) | 2019 | | | 2018 |
|-----------------------------|--|----------------|-------------------------------------|----------------|----------------|
| | | Valor Bruto | Depreciação e Amortização Acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Em serviço | | | | | |
| Distribuição | 3,79% | 187.005 | (62.931) | 124.074 | 97.171 |
| Custo Histórico | | 76.679 | (25.292) | 51.387 | 49.179 |
| Reavaliação | | 110.326 | (37.639) | 72.687 | 47.992 |
| Administração | 12,51% | 878 | (260) | 618 | 190 |
| Custo Histórico | | 682 | (165) | 517 | 190 |
| Reavaliação | | 196 | (95) | 101 | - |
| | | 187.883 | (63.191) | 124.692 | 97.361 |
| Em Curso - R\$ Mil | | | | | |
| Distribuição | | | | 7.341 | 6.805 |
| Administração | | | | 177 | 110 |
| | | - | - | 7.518 | 6.915 |
| | | 187.883 | (63.191) | 132.210 | 104.276 |

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL, nº 674 de 2015, são as seguintes:

| Taxas Anuais de Depreciação (%) | |
|--|------------|
| | (%) |
| Distribuição | |
| Banco de Capacitores | 6,67% |
| Chave de Distribuição | 6,67% |
| Condutor de Sistema | 3,57% |
| Estrutura de Sistema | 3,57% |
| Regulador de Tensão | 4,35% |
| Religador de Tensão | 4,00% |
| Transformador de Distribuição | 4,00% |
| Transformador de Medida | 4,35% |
| Administração Central | |
| Equipamento Geral | 6,25% |
| Direitos, Marcas e Patentes - Software | 20,00% |
| Edificação | 3,33% |
| Veículos | 14,29% |

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando des-

tinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

| Descrição do Bem | em R\$ mil |
|--------------------------------------|-------------------|
| 1. Cabo CAA Nu 336,4 Mcm (9.243kg) | 325 |
| 2. Cabo CAA Nu 04 Awg (2.828 Kg) | 161 |
| 3. Veículo Ford F-350 | 130 |
| 4. Poste Concreto Duplo T 11m (61pc) | 113 |
| 5. Jeep Compass Longitude | 109 |
| 6. Veículo Chevrolet S-10 | 109 |
| 7. Poste Concreto Duplo T 12m (46pc) | 108 |
| 8. Cabo CAA Nu 336,4mcm | 105 |
| 9. Veículo Chevrolet S-10 | 94 |
| 10. Veículo Chevrolet S-10 | 93 |

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

| Descrição do Bem | em R\$ mil |
|----------------------------------|-------------------|
| 1. Chevrolet S-10 | 88 |
| 2. Chevrolet S-10 | 84 |
| 3. Chevrolet S-10 | 81 |
| 4. Poste de Concreto Duplo T 11m | 52 |
| 5. Religador Trifásico | 35 |
| 6. Religador Trifásico | 35 |
| 7. Religador Trifásico | 35 |
| 8. Religador Trifásico | 35 |
| 9. Cabo CAA Nu 336,4 Mcm | 35 |
| 10. Religador Trifásico | 32 |

Nota 18 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos:

| | 2019 | 2018 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Encargos de Uso de Rede Elétrica | 81 | 72 |
| Suprimento de Energia | 1.063 | 947 |
| Materiais e Serviços | 1.192 | 1.430 |
| Total Fornecedores | 2.336 | 2.449 |

Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos

| INSTITUCIONAL/ LINHA CREDORA | Juros de Curto Prazo | Principal Curto Prazo | Principal+ Juros LP | Saldo Total | Adimplente? | Data Captação /Repactuação | Tipo de Garantia | Indexador ou Juros | Spread % a.a. | Data Próximo Pcto Juros | Frequencia Pcto Juros | Data Próxima Amortização | Vencimento Final | Frequencia de Amortiz. | Sistemática Amortização | Cronograma de Amortização de Principal e Juros de LP | | | | |
|---|----------------------|-----------------------|---------------------|--------------|-------------|----------------------------|------------------|--------------------|---------------|-------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------|------------------------|-------------------------|--|------|------|------|-------|
| | | | | | | | | | | | | | | | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
| Financ. / Emprést. Moeda Nacional | 55 | 200 | 890 | 1.145 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 241 | 228 | 216 | 205 | 890 |
| CAPITAL DE GIRO CRESOL | 55 | 200 | 890 | 1.145 | Sim | dez/19 | Outras | CDI | 5,54% | 22/01/20 | Mensal | 22/01/20 | 22/12/24 | Mensal | SAC | 241 | 228 | 216 | 205 | 890 |
| Linha 02 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total por Dívida | 55 | 200 | 890 | 1.145 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 241 | 228 | 216 | 205 | 890 |
| Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Financ. / Emprést. Moeda Nacional | 55 | 200 | 890 | 1.145 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 241 | 228 | 216 | 205 | 890 |
| Tributária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Fundo de Pensão | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Intra-Setoriais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Mútuos (Empresas Relacionadas) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Diversos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

19.1. Composição do Endividamento e Dívida Líquida – R\$ Mil

| RESUMO | Principal + Juros CP | Principal + Juros LP | Total 2019 | Total 2018 |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------|----------------|
| (+) Dívida Bruta | 255 | 890 | 1.145 | 809 |
| Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira | - | - | - | - |
| Financ. / Emprést. Moeda Nacional | 255 | 890 | 1.145 | 809 |
| Tributária | - | - | - | - |
| Fundo de Pensão | - | - | - | - |
| Intra-setoriais | - | - | - | - |
| Mútuos Passivos (Empresas Ligadas) | - | - | - | - |
| Diversos | - | - | - | - |
| Intra-setoriais Corrente em Atraso | - | - | - | - |
| Tributária Corrente em Atraso | - | - | - | - |
| (-) Ativos Financeiros | - | - | (7.895) | (6.684) |
| Alta Liquidez | - | - | (7.895) | (6.684) |
| Demais Aplicações Financeiras | - | - | - | - |
| Mútuos Ativos (Empresas Ligadas) | - | - | - | - |
| (+) Dívida Líquida I | 255 | 890 | (6.750) | (5.875) |
| (+/-) Derivativos / Fair Value | - | - | - | - |
| (+) Dívida Líquida II | 255 | 890 | (6.750) | (5.875) |

Nota 20 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

| | 2019 | 2018 |
|---|--------------|--------------|
| Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte | 479 | 409 |
| Consignação em Favor da Concessionária | 22 | 23 |
| Folha de Pagamento Líquida | 232 | 222 |
| Provisão de Férias | 1.215 | 1.031 |
| Total Obrigações Sociais e Trabalhistas | 1.948 | 1.685 |

Nota 21 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

| | 2019 | 2018 |
|--|------------|------------|
| Passivo Circulante | | |
| ICMS a Recolher | 490 | 163 |
| CSLL a Recolher | 6 | - |
| IRPJ a Recolher | 7 | - |
| PIS s/ Faturamento | 23 | 16 |
| COFINS s/ Faturamento | 104 | 73 |
| I.S.S.Q.N a Recolher | 1 | 4 |
| INSS a Recolher | 1 | 6 |
| PIS/COFINS a Recolher | 3 | 8 |
| Imposto de Renda a Recolher | 1 | 3 |
| Contribuição Social a Recolher | 1 | 2 |
| Total Obrigações Sociais e Trabalhistas | 637 | 275 |

Nota 22 – Provisão para Litígios

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

| | Trabalhistas | Cíveis | Fiscais | Ambientais | Regulatórios | Outros | Total |
|-----------------------------|--------------|----------|--------------|------------|--------------|----------|--------------|
| Saldos em 31/12/2018 | 900 | 7 | 3.186 | - | - | - | 4.093 |
| Constituição | 80 | - | 120 | - | - | - | 200 |
| Pagamentos | (200) | - | - | - | - | - | (200) |
| Ganhos de Causa / Ajustes | - | (7) | - | - | - | - | (7) |
| Probabilidades | - | - | - | - | - | - | - |
| Atualização Monetária | - | - | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31/12/2019 | 780 | - | 3.306 | - | - | - | 4.086 |
| Circulante | - | - | - | - | - | - | - |
| Não Circulante | 780 | - | 3.306 | - | - | - | 4.086 |

No ano de 2019 foram constituídas provisões contábeis no montante de R\$ 100 mil para suportar eventuais perdas em processos Fiscais e R\$ 80 mil para processos trabalhistas, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

A cooperativa tem outros processos que a assessoria jurídica indicou como possíveis de perda que somam o montante de R\$ 336 mil.

Nota 23 – Encargos Setoriais

| | 2019 | 2018 |
|--|--------------|--------------|
| P&D - Empresa | 82 | 77 |
| Programa de Eficiência Energética - P.E.E. | 276 | 261 |
| Encargos CDE | 566 | 360 |
| Proinfa | 102 | 84 |
| Bandeiras Tarifárias | 392 | 316 |
| Total Encargos Setoriais | 1.418 | 1.098 |

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10.438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária

Nota 24 – Outros Passivos Circulantes

| | 2019 | 2018 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Consumidor | 41 | 26 |
| Outros Credores | 3.402 | 1.944 |
| Total Passivos Circulantes | 3.443 | 1.970 |

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos.

Compões esse grupo de contas também a destinação das sobras de 2017 e 2018, aprovadas pelas AGO de 2018 e 2019 que ainda não foram utilizadas no projeto aprovado, totalizando R\$ 2,977 milhões.

Nota 25 – Outros passivos não circulantes

| | 2019 | 2018 |
|---------------------------------------|-----------|-----------|
| Retenção Causas Trabalhistas | 22 | 22 |
| Total de Outras Contas a Pagar | 22 | 22 |

Nota 26 – Patrimônio Líquido
26.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 7,442 milhões é formado por cotas partes referentes a 15.677 associados em 31 de dezembro de 2019.

26.2. Natureza e Finalidade das Reservas

- a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.
- b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.
- c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se as necessidades operacionais das redes, linhas, ramais e ou acessórios.

Nota 27 – Instrumentos Financeiros
a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Consumidores: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 20.

b) Valor Justo

| | 2019 | | 2018 | |
|-------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor Contábil | Valor de Mercado | Valor Contábil | Valor de Mercado |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 7.895 | 7.895 | 6.684 | 6.684 |
| Contas a Receber | 9.677 | 9.677 | 7.239 | 7.239 |
| Empréstimos e Financiamentos | 1.145 | 1.145 | 809 | 809 |
| Total | 18.717 | 18.717 | 14.732 | 14.732 |

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

| | Mantidos para Negociação | Mantidos até o Vencimento | Destinados a Venda | Empréstimos e Recebíveis |
|-------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Ativos Financeiros: | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | - | 7.895 | - | 7.895 |
| Contas a Receber | - | 9.677 | - | 9.677 |
| Total | - | 17.572 | - | 17.572 |
| Passivos Financeiros: | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | - | 1.145 | - | 1.145 |
| Total | - | 1.145 | - | 1.145 |

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 28 – Ingressos/Receitas Operacionais

| | 2019 | 2018 |
|---|---------------|---------------|
| Fornecimento de energia elétrica | 39.434 | 24.449 |
| Suprimento de energia elétrica | 1.306 | - |
| Disponibilização do sistema de distribuição | 29.690 | 32.156 |
| Ativos e Passivos Regulatórios | 810 | 925 |
| Serviços cobráveis | 9 | 11 |
| Doações, contrib. e subvenções | 22.883 | 15.577 |
| Total Ingressos/ Receitas | 94.132 | 73.118 |

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Fornecimento de Energia - TE

Contabilização da receita de fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.

Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD

Contabilização dos encargos de uso de rede elétrica derivados da receita faturada de Consumidores cativos, Consumidores livres e Encargos de conexão de agentes de geração.

Suprimento de energia

Contabilização do ingresso/receita faturada, proveniente do suprimento de energia elétrica dos agentes de distribuição

Ativos e Passivos Regulatórios

Contabilização das variações positivas e negativas de demais itens financeiros constantes nos reajustes e/ou revisões tarifárias de itens da conta de demais ativos regulatórios, das variações positivas e negativas e ajustes de valores positivos e negativos de demais ativos regulatórios ocorridas em períodos intercalares às datas de reajuste e/ou revisão tarifária, e de eventuais saldos a serem adicionais das tarifas futuras em função de revisões tarifárias concedidos a maior temporariamente.

Serviços cobráveis

Contabilização de ingressos/receitas referente aos serviços cobráveis, realizados mediante solicitação do consumidor. Os serviços a serem considerados nesta conta são: Vistoria de unidade consumidora; Aferição de medidor; Verificação de nível de tensão; Religação normal; Religação de urgência; Emissão de segunda via de fatura; Emissão de segunda via da declaração de quitação anual de débitos; Disponibilização dos dados de medição armazenados em memória de massa; Desligamento e religação programados; Fornecimento de pulsos de potência e sincronismo para unidade consumidora do grupo A;

Doações, contribuições e subvenções

Contabilização do ingresso/receita de subvenção criada pela Lei 13.360/2017 para cooperativas com baixa densidade de carga;

Contabilização do ingresso/receita de subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Nota 29 – Tributos sobre os Ingressos/Receitas

| | 2019 | 2018 |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| ICMS | (12.037) | (10.119) |
| PIS-PASEP | (236) | (193) |
| COFINS | (1.088) | (888) |
| Total Tributos | (13.361) | (11.200) |

Nota 30 – Encargos da Parcela “A”

| | 2019 | 2018 |
|---|----------------|----------------|
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | (5.345) | (3.711) |
| Taxa de Fiscalização - TFSEE | (146) | (132) |
| Outros encargos | (1.843) | (2.474) |
| Total Encargos - Parcela “A” | (7.334) | (6.317) |

Conta de desenvolvimento

Contabilização do repasse da subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Taxa de Fiscalização – TFSEE

Contabilização do repasse da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica que foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para cobertura dos seus dispêndios/despesas administrativas e operacionais.

Outros encargos

Bandeiras Tarifárias - Instituída pela Resolução Normativa nº 547 de 16/04/2013, passou a ser cobrada dos consumidores das permissionárias em 01/07/2015. Valor arrecadado é repassado a CCEE.

Nota 31 - Custos não Gerenciáveis - Parcela “A”

| Custo da Energia | 2019 | 2018 |
|---|-----------------|-----------------|
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | (34.314) | (15.098) |
| Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição | (9.313) | (9.017) |
| TOTAL | (43.627) | (24.115) |

Nota 32 - Custos gerenciáveis - Parcela "B"

| | 2019 | 2018 |
|--|-----------------|-----------------|
| Pessoal e administradores | (11.380) | (8.729) |
| Material | (3.218) | (5.827) |
| Serviços de terceiros | (3.061) | (3.026) |
| Arrendamentos e aluguéis | (39) | (49) |
| Seguros | (79) | (62) |
| Provisões | (3) | (2.940) |
| (-) Recuperação de despesas | 408 | 340 |
| Tributos | (75) | (62) |
| Depreciação e amortização | (8.497) | (7.142) |
| Gastos diversos* | (1.653) | (1.918) |
| Total Custos gerenciáveis - Parcela "B" | (27.597) | (29.415) |

Nota 33 - Outros Ingressos/Receitas Operacionais

| | 2019 | 2018 |
|---|------------|-----------|
| Receita de compartilhamento de Infraestrutura | 33 | 33 |
| Ganhos na Alienação de Bens e Direitos | 450 | 26 |
| Convenio arrecadação de iluminação pública | 11 | 10 |
| Total Outras Ingressos/Receitas Operacionais | 494 | 69 |

Nota 34 - Outros Dispêndios/Despesas Operacionais

| | 2019 | 2018 |
|--|--------------|------------|
| Perdas na Desativação de Bens | (852) | (540) |
| Perdas na Alienação de Bens e Direitos | (99) | (6) |
| Perdas em Projetos não Executados | (23) | (22) |
| Total Outros Dispêndios/Despesas Operacionais | (974) | 568 |

Nota 35 - Seguros:

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 36- Nota Explicativa DVA:

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09- Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 37 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 38 – Ativos e Passivos Regulatórios

| Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil | Saldo em 31/12/2018 | Adição | Amortização | Remuneração | Transferências | Saldo em 31/12/2019 | Valores em Amortização | Valores em Constituição | Circulante | Não Circulante |
|--|---------------------|--------------|----------------|-------------|----------------|---------------------|------------------------|-------------------------|--------------|----------------|
| CVA Ativa | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de Energia - (CVAenerg) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Custo da Energia de Itaipu | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Proinfra | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transporte Rede Básica | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transporte de Energia- Itaipu | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ESS | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CDE | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CFURH | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais Ativos Financeiros Setoriais | 1.747 | 4.051 | (2.803) | - | - | 2.995 | 1.254 | 1.741 | 2.995 | - |
| Repasse de PIS/COFINS Suprimento | 1.096 | 3.376 | (1.639) | - | - | 2.833 | 1.254 | 1.579 | 2.833 | - |
| Ajustes CUST PIS/COFINS ONS | 336 | 675 | (849) | - | - | 162 | - | 162 | 162 | - |
| Quota Parte de Energia Nuclear | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Neutralidade da Parcela A | 315 | - | (315) | - | - | - | - | - | - | - |
| Sobrecontratação de Energia | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Diferimento de Reposição na RTP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup. | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total Ativos Financeiros Setoriais | 1.747 | 4.051 | (2.803) | - | - | 2.995 | 1.254 | 1.741 | 2.995 | - |

| Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil | Saldo em 31/12/2018 | Adição | Amortização | Remuneração | Transferências | Saldo em 31/12/2019 | Valores em Amortização | Valores em Consituição | Circulante | Não Circulante |
|--|---------------------|--------------|--------------|-------------|----------------|---------------------|------------------------|------------------------|--------------|----------------|
| CVA Passiva | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de Energia - (CVAenerg) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Custo da Energia de Itaipu | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Proinfa | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transporte Rede Básica | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transporte de Energia Itaipu | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CDE | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CFURH | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais Passivos Financeiros Setoriais | 161 | 1.551 | (326) | - | - | 1.386 | 197 | 1.189 | 1.386 | - |
| Compensação DIC FIC | 72 | 115 | (132) | - | - | 55 | 37 | 18 | 55 | - |
| Programas Sociais Governamentais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Quota Parte de Energia Nuclear | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Neutra da Parcela A | 89 | 499 | (194) | - | - | 394 | 160 | 234 | 394 | - |
| Sobrecontratação de Energia | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Devoluções Tarifárias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | 937 | - | - | - | 937 | - | 937 | 937 | - |
| Total Passivos Financeiros Setoriais | 161 | 1.551 | (326) | - | - | 1.386 | 197 | 1.189 | 1.386 | - |

Nota 39 - Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

| Obrigações Especiais - R\$ Mil | Depreciação - Taxa Média Anual | Custo Histórico |
|--|--------------------------------|-----------------|
| Em serviço | | 6.531 |
| Participação da União, Estados e Municípios | | - |
| Participação Financeira do Consumidor | | 6.381 |
| Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido | | - |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | | 150 |
| (-) Amortização Acumulada - AIS | 3,79% | (1.136) |
| Participação da União, Estados e Municípios | | - |
| Participação Financeira do Consumidor | | (987) |
| Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido | | - |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | | (149) |
| Em Curso | | 430 |
| Participação Financeira do Consumidor | | 89 |
| Valores Pendentes de Recebimento | | 261 |
| Valores Não Aplicados | | 80 |
| Total | | 5.825 |

A movimentação no exercício pode ser assim resumida:

| Obrigações Especiais - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2018 | Adições (A) | Baixas (B) | Transferências (C) | Valor Bruto em 31/12/2019 | Adições Líquidas = (A)-(B)+(C) | Amortização Acum. | Valor Líquido em 31/12/2019 | Valor Líquido em 31/12/2018 |
|--|---------------------------|--------------|----------------|--------------------|---------------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Em serviço | 5.858 | 673 | - | - | 6.531 | 673 | (1.136) | 5.395 | 4.931 |
| Participação da União, Estados e Municípios | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Participação Financeira do Consumidor | 5.708 | 673 | - | - | 6.381 | 673 | (987) | 5.394 | 4.949 |
| Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | 150 | - | - | - | 150 | - | (149) | 1 | (18) |
| Em curso | 1.904 | 1.843 | (1.463) | (1.854) | 430 | (2.900) | - | 430 | 1.904 |
| Participação da União, Estados e Municípios | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Participação Financeira do Consumidor | 235 | 1.066 | - | (1.212) | 89 | (146) | - | 89 | 235 |
| Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valores Pendentes de Recebimento | 214 | 568 | - | (522) | 260 | 46 | - | 260 | 214 |
| Valores Não Aplicados | 55 | 146 | - | (120) | 81 | (1400) | - | 81 | 55 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ultrapassagem de demanda | 779 | 37 | (816) | - | - | (779) | - | - | 779 |
| Excedente de reativos | 621 | 26 | (647) | - | - | (621) | - | - | 621 |
| Diferença das perdas regulatórias | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 7.762 | 2.516 | (1.463) | (1.854) | 6.961 | (2.227) | (1.136) | 5.825 | 6.835 |

Nota 40 – Receita Operacional Bruta

| Receita Bruta | Nº Consumidores | | MWh Mil | | R\$ Mil | |
|---|-----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|---------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Fornecimento - Faturado | 13.997 | 13.871 | 132.818 | 126.772 | 38.542 | 24.928 |
| Residencial | 3.931 | 1.603 | 8.716 | 3.653 | 3.734 | 1.208 |
| Industrial | 54 | 706 | 47.184 | 44.119 | 14.489 | 8.909 |
| Comercial | 717 | 43 | 15.284 | 14.456 | 6.659 | 4.923 |
| Rural | 8.986 | 11.206 | 51.815 | 54.887 | 10.230 | 7.433 |
| Poder público | 133 | 134 | 963 | 971 | 367 | 267 |
| Iluminação pública | 28 | 29 | 1.641 | 1.625 | 326 | 258 |
| Serviço público | 148 | 150 | 7.215 | 7.061 | 2.737 | 1.930 |
| Suprimento Faturado | 2 | - | - | - | 1.306 | - |
| Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado | 14.001 | 13.875 | 4.391 | 1.789 | 29.689 | 32.156 |
| Consumidores Cativos | 13.997 | 13.871 | - | - | 28.749 | - |
| Consumidores Livres | 1 | 1 | 4.391 | 1.789 | 844 | 486 |
| Encargos de conexão de agentes de geração | 3 | 3 | - | - | 96 | 93 |
| Permissionárias | - | - | - | - | - | - |
| Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado | - | - | - | - | - | - |
| (-) Transferências | - | - | - | - | - | (453) |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultra passagem Demanda | - | - | - | - | - | (265) |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos | - | - | - | - | - | (188) |
| (-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias | - | - | - | - | - | - |
| Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado | - | - | - | - | 893 | (26) |
| Constituição e Amortiz.-CVA Ativa e Passiva | - | - | - | - | - | - |
| Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução | - | - | - | - | - | - |
| Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat. | - | - | - | - | 811 | 925 |
| Serviços Cobráveis | - | - | - | - | 9 | 11 |
| Subvenções vinculadas ao serviço concedido | - | - | - | - | 22.883 | 15.577 |
| Total | 28.000 | 27.746 | 137.209 | 128.561 | 94.133 | 73.118 |

Nota 41 - Pessoal e Administradores

| Pessoal e Administradores | 2019 | 2018 |
|--|---------------|--------------|
| Pessoal | 10.410 | 8.054 |
| Remuneração | 6.167 | 4.205 |
| Encargos | 1.904 | 1.385 |
| Previdência privada | - | - |
| Previdência - Fundação - Mantenedora | - | - |
| Previdência - Déficit ou superávit atuarial | - | - |
| Assistência médica | 405 | 365 |
| Programa de demissão voluntária | - | - |
| Despesas rescisórias | - | - |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | 897 | 822 |
| (-) Créditos de tributos recuperáveis | - | - |
| Outros | 1.037 | 1.277 |
| Administradores | 970 | 674 |
| Honorários e encargos (Diretoria e Conselho) | 375 | 665 |
| Benefícios dos administradores | 595 | 10 |
| (-) Créditos de tributos recuperáveis | - | - |
| Total | 11.380 | 8.729 |

Nota 42 – Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

A cooperativa possui apenas atividades de Distribuição e Administração. Mensalmente é feito o rateio da atividade de Administração, para a Distribuição. Dessa maneira não há necessidade de apresentar as Demonstrações do Resultado do Exercício segregadas por atividade.

Nota 43 – Resultado Financeiro

| Ingressos/Receitas Financeiras | 2019 | 2018 |
|--|--------------|--------------|
| Multas e Acréscimos Moratórios | 264 | 247 |
| Variações Monetárias | 164 | 33 |
| Ingressos/Receitas de Aplicações Financeiras | 232 | 233 |
| Outros Ingressos/Receitas Financeiras | 21 | 26 |
| Total | 681 | 539 |
| Dispêndios/Despesas Financeiras | 2019 | 2018 |
| Juros e Variações Monetárias | (214) | (156) |
| Multas e Acréscimos Moratórios | (420) | (16) |
| Outros Dispêndios/Despesas Financeiras | (19) | (34) |
| Total | (653) | (206) |

Nota 44 – Revisão e Reajuste Tarifário

Os contratos de Permissão têm por objetivo a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Estes contratos preveem a periodicidade dos processos tarifários que podem ser do tipo: Reajuste Tarifário Anual ou Revisão Tarifária Periódica. Os Reajustes Ocorrem anualmente, exceto quando acontece as Revisões, nas datas de aniversário, por outro lado, as Revisões ocorrem a cada 4 anos.

A Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas calculadas conforme PRORET 8.1.

A cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda – CERILUZ optou pelo PRORET 8.4.

Nota 44.1 – Composição da Base de Remuneração Regulatória

A última revisão tarifária da CERILUZ ocorreu no ano de 2018. Em 2019, por iniciativa da cooperativa, foi contabilizada a nova reavaliação dos ativos de acordo com valores informados no 2º ciclo de revisão tarifária de 2018. Mesmo após optar pela metodologia do PRORET 8.4 e a mesma não obrigar a implantação do Valor Novo de Reposição – VNR, optamos por manter nossa base de ativos atualizada.

A base de Remuneração utilizada como referência para a revisão tarifária de 2018 foi:

| Base de Remuneração Regulatória | |
|---|--|
| Descrição | Valores na data de referência: 01/06/2018 |
| (1) VNR MEDIDORES | 3.102.497,09 |
| (2) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - CONDUTORES | 63.075.170,08 |
| (3) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - ESTRUTURAS | 42.558.625,05 |
| (4) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - EQUIPAMENTOS | 50.636.944,77 |
| (5) VNR LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO - CONDUTORES | - |
| (6) VNR LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO - ESTRUTURAS | - |
| (7) VNR SUBESTAÇÕES - EQUIPAMENTOS | 18.951.942,06 |
| (8) VNR SUBESTAÇÕES - TERRENOS | 852.837,39 |
| (9) VNR SUBESTAÇÕES - EDIFICAÇÕES | 758.077,68 |
| (10) VNR MÓVEIS E IMÓVEIS ADMINISTRATIVOS | 6.473.214,18 |
| (11) VNR - TOTAL | 186.409.308,32 |
| Descrição | Valores |
| (1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição) | 179.083.256,75 |
| (2) Obrigações Especiais Bruta | 6.637.178,61 |
| (3) Bens Totalmente Depreciados | 3.082.232,78 |
| (4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3) | 169.363.845,36 |
| (5) Depreciação Acumulada | 55.167.926,72 |
| (6) Valor da Base de Remuneração (VBR) | 123.915.330,02 |
| (7) Obrigações Especiais Líquida | 6.637.178,61 |
| (8) Terrenos e Servidões | 852.837,39 |
| (9) Almoxarifado em Operação | 537.249,77 |
| (10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9) | 118.668.238,58 |
| (11) Taxa de Depreciação | 4,00% |
| (12) Quota de Reintegração Regulatória | 6.774.553,81 |
| (13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC | 4.473.792,59 |
| Referência para Custos Operacionais (OPEX) | Valores |
| Total de km de rede (linhas e redes de distribuição) | 4.213,59 |
| Depreciação Acumulada (DAC) / VNR | 30,81% |
| Saldo 100% Depreciado / VNR | 1,72% |

Nota 44.2 – Reajuste Tarifário Anual

É um dos mecanismos de atualização do valor da energia paga pelo consumidor, aplicado anualmente, de acordo com fórmula prevista no contrato de Permissão. Seu objetivo é restabelecer o poder de compra da Permissionária. Para aplicação da fórmula de reajuste são repassadas as variações dos custos de Parcela A que são aqueles em que a distribuidora tem pouca ou nenhuma gestão. Por contrato, são os custos relacionados à compra de energia elétrica para atendimento de seu mercado, o valor da transmissão dessa energia até a área da distribuidora e os encargos setoriais.

No reajuste, os custos com a atividade de distribuição, esses sob completa gestão da distribuidora e definidos como Parcela B são corrigidos por um índice de inflação, no contrato de permissão da CERILUZ esse índice é o IPCA. Os itens de Parcela B são, basicamente, os custos operacionais das distribuidoras e os custos relacionados aos investimentos por ela realizados, além da quota de depreciação de seus ativos e a remuneração regulatória, valores que são fixados pela ANEEL na época da revisão tarifária. O Gráfico a seguir mostra a evolução da tarifa B1 – Residencial da Permissionária nos últimos 8 anos e as variações do IGP-M e do IPCA no mesmo período, bem como as tarifas de sua supridora.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória 2580/2019, de 23 de julho de 2019, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição da outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2019, cujo reajuste médio foi de 16,06%.

A Tabela a seguir mostra um resumo do cálculo tarifário periódico.

| Processo tarifário | DRA (R\$) | DRP (R\$) | Variação | Participação no processo tarifário | Participação na Receita |
|--|----------------------|------------------------|--------------|------------------------------------|-------------------------|
| ENCARGOS SETORIAIS | 5.784,00 | 8.160.405,58 | 41,10% | 3,44% | 10,99% |
| Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE | 147.656,30 | 150.892,21 | 2,19% | - | 0,20% |
| Conta de Desenvolvimento Energético – CDE | 4.566.621,15 | 6.787.904,95 | 48,64% | 3,21% | 9,14% |
| PROINFA | 1.069.227,74 | 1.221.608,41 | 14,25% | 0,22% | 1,64% |
| ENERGIA COMPRADA | 25.504.543,77 | 26.358.976,78 | 3,35% | 1,24% | 35,49% |
| Energia | 25.504.543,77 | 26.358.976,78 | 3,35% | 1,24% | 35,49% |
| TRANSPORTE DE ENERGIA | 8.277.818,00 | 8.523.709,99 | 2,97% | 0,36% | 11,48% |
| Rede Básica | 1.300.735,96 | 1.499.010,60 | 15,20% | 0,29% | 2,02% |
| Rede Básica Fronteira | 1.868.084,72 | 1.863.978,60 | (0,20)% | (0,01)% | 2,51% |
| Conexão | 483.443,55 | 492.158,88 | 1,80% | 0,01% | 0,66% |
| Uso do sistema de distribuição | 4.625.553,77 | 4.668.561,91 | 0,93% | 0,06% | 6,29% |
| RECEITA ANUAL | 69.145.170,62 | 74.267.199,36 | | | 100,00% |
| Total de Parcela A | 39.565.866,96 | 43.043.092,36 | 8,79% | 5,03% | 57,96% |
| Total de Parcela B | 29.579.303,66 | 31.224.107,00 | 5,56% | 2,38% | 42,04% |
| Variação econômica | | | | 7,41% | |
| COMPONENTES FINANCEIROS | | | | Participação | |
| Repasso de PIS COFINS | | 2.041.519,97 | | 2,95% | |
| Neutralidade Encargos Setoriais | | (319.322,41) | | (0,46)% | |
| Ajuste CUST + PISCONFINS Transmissão | | 466.684,90 | | 0,67% | |
| Compensação DIC FIC | | (75.942,97) | | (0,11)% | |
| Subvenção CDE | | (15.191.603,97) | | (21,97)% | |
| Total Financeiros | | (13.078.664,48) | - | (18,91)% | |
| Variação econômica e financeira | | | | (11,50)% | |
| Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior | | | | 24,19% | |
| Efeito da alteração dos descontos na tarifa Rural B2 subsidiada CDE | | | | 3,37% | |
| Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores | | | | 16,06% | |

Nota Técnica SGT/ANEEL N° 135/2019.

Os custos da Parcela A representam 57,96% da receita econômica da Permissionária, e contribuem com 5,03% da variação econômica da Ceriluz, que totalizou 7,41%. Destacam-se:

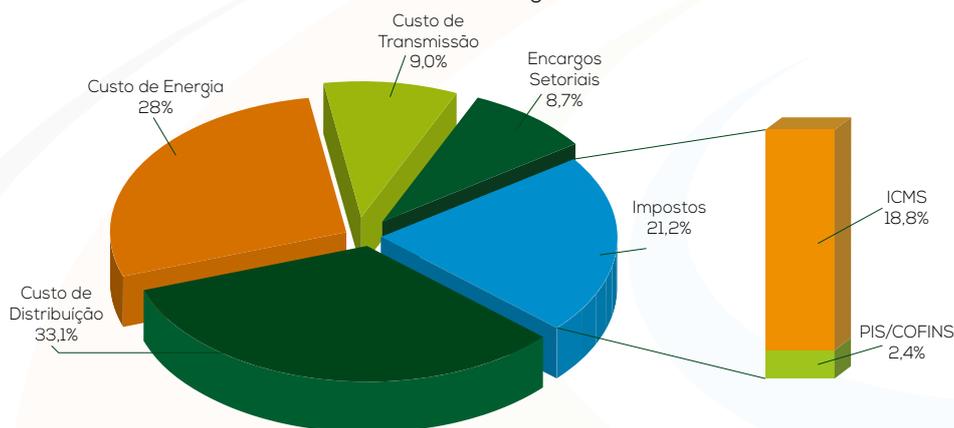
Encargos Setoriais: variação de 41,10% em comparação aos valores referentes ao último processo tarifário, correspondendo ao efeito de 3,44% no presente reajuste tarifário. Essa variação decorre dos novos custos unitários de CDE para 2019, vigentes a partir da REH 2.510/2018;

Custos de Transmissão: variação de 2,97% em relação ao processo anterior, equivalendo a um impacto tarifário de 0,36%. Tal efeito deriva das novas tarifas de uso do sistema de distribuição, resultante do processo tarifário de 2019 da RGE.

c) Compra de Energia: variação de 3,35% em relação ao processo anterior, contribuindo com acréscimo de 1,24% na tarifa vigente, esse impacto é reflexo da nova tarifa de suprimento da RGE para a Ceriluz.

Com relação à Parcela B, sua participação no reajuste tarifário foi de 42,04% da Receita, resultando num efeito de 2,38% na variação econômico financeira da tarifa vigente. Ao resultado da variação econômica, de 7,41%, foram adicionados os componentes financeiros devidos no total de -17,87%, contribuindo com o efeito final de -10,46% sobre as tarifas de energia elétrica vigentes para a Ceriluz.

A composição da Receita com Tributos está representada no gráfico abaixo:



Nota 45 - Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatória e Societária

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

45.1 BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2019, valores apresentados em mil R\$.

| | Nota | 2019 | | | 2018 | | |
|--|--------|------------------|---------------|-----------------|------------------|---------------|-----------------|
| | | Regula- tório | Ajustes | Societá- rio | Regula- tório | Ajustes | Societá- rio |
| Ativo | | | | | | | |
| Ativo circulante | | 26.597 | - | 26.597 | 20.509 | - | 20.509 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 7.895 | - | 7.895 | 6.684 | - | 6.684 |
| Consumidores | | 9.677 | - | 9.677 | 7.239 | - | 7.239 |
| Concessionárias e Permissionárias | | 175 | - | 175 | 8 | - | 8 |
| Serviços em curso | | 846 | - | 846 | 259 | - | 259 |
| Tributos compensáveis | | 584 | - | 584 | 599 | - | 599 |
| Depósitos judiciais e cauções | | 278 | - | 278 | - | - | - |
| Almoxarifado operacional | | 648 | - | 648 | 406 | - | 406 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 61 | - | 61 | 105 | - | 105 |
| Ativos regulatórios | | 2.995 | - | 2.995 | 1.747 | - | 1.747 |
| Títulos e Valores Mobiliários | | 29 | - | 29 | 15 | - | 15 |
| Outros ativos circulantes | | 3.409 | - | 3.409 | 3.447 | - | 3.447 |
| Ativo não circulante | | 133.545 | 72.853 | 60.692 | 105.638 | 47.992 | 57.646 |
| Tributos compensáveis | | 716 | - | 716 | 798 | - | 798 |
| Depósitos judiciais e cauções | | 61 | - | 61 | 61 | - | 61 |
| Outros ativos não circulantes | 45.2.1 | 181 | (5.241) | 5.422 | 181 | (4.064) | 4.245 |
| Bens e atividades não vinculadas a concessão | | 101 | - | 101 | 72 | - | 72 |
| Imobilizado | 45.2.2 | 132.210 | 129.366 | 2.844 | 104.276 | 102.013 | 2.263 |
| Intangível | 45.2.3 | 276 | (51.272) | 51.548 | 250 | (49.957) | 50.207 |
| Total do ativo | | 160.142 | 72.853 | 87.289 | 126.147 | 47.992 | 78.155 |
| Passivo | | | | | | | |
| Passivo circulante | | 11.423 | - | 11.423 | 11.631 | - | 11.631 |
| Fornecedores | | 2.336 | - | 2.336 | 2.449 | - | 2.449 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | 255 | - | 255 | 800 | - | 800 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 1.948 | - | 1.948 | 1.685 | - | 1.685 |
| Tributos | | 637 | - | 637 | 275 | - | 275 |
| Encargos setoriais | | 1.418 | - | 1.418 | 1.098 | - | 1.098 |
| Provisão para litígios | | - | - | - | 3.193 | - | 3.193 |
| Passivos regulatórios | | 1.386 | - | 1.386 | 161 | - | 161 |
| Outros passivos circulantes | | 3.443 | - | 3.443 | 1.970 | - | 1.970 |
| Passivo não circulante | | 10.823 | - | 10.823 | 7.766 | - | 7.766 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | 890 | - | 890 | 9 | - | 9 |
| Provisão para litígios | | 4.086 | - | 4.086 | 900 | - | 900 |
| Outros passivos não circulantes | | 22 | - | 22 | 22 | - | 22 |
| Obrigações vinculadas a permissão | | 5.825 | - | 5.825 | 6.835 | - | 6.835 |
| Total do passivo | | 22.246 | - | 22.246 | 19.397 | - | 19.397 |
| Patrimônio Líquido | | | | | | | |
| Capital social | | 7.442 | - | 7.442 | 6.648 | - | 6.648 |
| Reservas de capital | | 568 | - | 568 | 568 | - | 568 |
| Reserva de sobras | | 49.761 | - | 49.761 | 43.583 | - | 43.583 |
| Reservas de Reavaliação | 45.2.4 | 78.583 | 72.853 | 5.730 | 54.483 | 47.991 | 6.492 |
| Sobras à disposição da Assembleia | | 1.542 | - | 1.542 | 1.467 | - | 1.467 |
| Total do patrimônio líquido | | 137.896 | 72.853 | 65.043 | 106.750 | 47.992 | 58.758 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 160.142 | 72.853 | 87.289 | 126.147 | 47.992 | 78.155 |

45.2. COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

45.2.1. Outros Ativos Não Circulantes

Os Ajustes nos Outros Ativos Não Circulantes referem-se aos Ativos financeiros da Permissão lançados na conta Indenização pela Concessão a Receber e são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis regulatórios e societários.

Os ativos financeiros da permissão estão registrados conforme tabela abaixo:

| | 2019 | 2018 |
|---|--------------|--------------|
| Em Serviço | | |
| Máquinas - Redes de Distribuição | 4.011 | 2.834 |
| Máquinas - Subestação CERILUZ 01 | 510 | 510 |
| Máquinas - Subestação CERILUZ 02 | 653 | 670 |
| Terrenos - Subestação CERILUZ 02 | 18 | 18 |
| Edificação - Subestação CERILUZ 02 | 49 | 32 |
| Total Indenização pela Concessão a Receber | 5.241 | 4.064 |
| | | |
| | 2019 | 2018 |
| Indenização pela Concessão a Receber | 5.241 | 4.064 |
| Pagamentos Judiciais a Receber | 181 | 181 |
| Total Outros Ativos Não Circulantes | 3.409 | 4.245 |

45.2.2. Imobilizado

O valor dos bens e instalações vinculados às atividades de permissão deverá ser registrado na Contabilidade Regulatória no grupo Ativo Não Circulante – Imobilizado, enquanto que na Contabilidade Societária os bens reversíveis da concessão se encontram nos grupos Ativo Financeiro Indenizável e Intangível. Os bens não reversíveis continuam lançados na Contabilidade Societária como imobilizado.

Na forma da Resolução nº 396/2009, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registrarão contabilmente a título de reavaliação compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária.

Em 2014, a Aneel pela metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias através da Nota Técnica SER/Aneel nº 189/2014 definiu os novos valores dos ativos que vão compor a BRR – Base de Remuneração e a respectiva depreciação acumulada. Por tratar-se de regramento regulatório, o VNR – Valor Novo de Reposição e a respectiva depreciação acumulada, somente foram reconhecidos na contabilidade regulatória, não sendo reconhecidos na contabilidade societária.

Em 2019 após optar pela metodologia do PRORET 8.4 e a mesma não obrigar a implantação do Valor Novo de Reposição – VNR, optamos por manter nossa base de ativos atualizada e reavaliamos os bens de acordo com valores informados no 2º ciclo de revisão tarifária de 2018.

45.2.3. Intangível

Na Contabilidade Societária, por força do ICPC 01 o valor do Intangível corresponde à parcela dos bens, direitos e instalações vinculados a permissão, que será amortizada ao longo do correspondente contrato. Na Contabilidade Regulatória o Intangível é destinado a contabilizações intangíveis em servidões, uso do bem público, software e outros, empregadas pela Permissionária, de modo exclusivo e permanente, na consecução do objeto da mesma para o Serviço Público de Energia Elétrica.

45.2.4. Reservas de Reavaliação

A diferença decorre da contrapartida da Reavaliação dos bens regulatórios registrados no imobilizado e intangível.

45.3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2019, valores apresentados em mil R\$.

| | Nota | 2019 | | | 2018 | | |
|---|--------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|-----------------|
| | | Regula- tório | Ajustes | Societário | Regula- tório | Ajustes | Societário |
| Receita / Ingresso | | 94.132 | - | 94.132 | 73.118 | - | 73.118 |
| Fornecimento de energia elétrica | | 39.434 | - | 39.434 | 24.449 | - | 24.449 |
| Suprimento de energia elétrica | | 1.306 | - | 1.306 | - | - | - |
| Disponibilização do sistema de distribuição | | 29.690 | - | 29.690 | 32.156 | - | 32.156 |
| Ativos e Passivos Regulatórios | | 810 | - | 810 | 925 | - | 925 |
| Serviços cobráveis | | 9 | - | 9 | 11 | - | 11 |
| Doações, contrib. e subvenções | | 22.883 | - | 22.883 | 15.577 | - | 15.577 |
| Tributos | | (13.361) | - | (13.361) | (11.200) | - | (11.200) |
| ICMS | | (12.037) | - | (12.037) | (10.119) | - | (10.119) |
| PIS-PASEP | | (236) | - | (236) | (193) | - | (193) |
| COFINS | | (1.088) | - | (1.088) | (888) | - | (888) |
| Encargos- Parcela A | | (7.334) | - | (7.334) | (6.317) | - | (6.317) |
| Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE | | (5.345) | - | (5.345) | (3.711) | - | (3.711) |
| Taxa de Fiscalização TFSEE | | (146) | - | (146) | (132) | - | (132) |
| Outros encargos | | (1.843) | - | (1.843) | (2.474) | - | (2.474) |
| Receita líquida / Ingresso líquido | | 73.437 | - | 73.437 | 55.601 | - | 55.601 |
| Custos não gerendáveis - Parcela "A" | | (43.627) | - | (43.627) | (24.115) | - | (24.115) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (34.314) | - | (34.314) | (15.098) | - | (15.098) |
| Encargo de transmissão, conexão e distribuição | | (9.313) | - | (9.313) | (9.017) | - | (9.017) |
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | | 29.810 | - | 29.810 | 31.486 | - | 31.486 |
| Custos gerenciáveis - Parcela B" | | (27.597) | 787 | (28.384) | (29.415) | 2.636 | (32.051) |
| Pessoal e administradores | | (11.380) | - | (11.380) | (8.729) | - | (8.729) |
| Material | | (3.218) | - | (3.218) | (5.827) | - | (5.827) |
| Serviços de terceiros | | (3.061) | - | (3.061) | (3.026) | - | (3.026) |
| Arrendamentos e aluguéis | | (39) | - | (39) | (49) | - | (49) |
| Seguros | | (79) | - | (79) | (62) | - | (62) |
| Provisões | | (3) | - | (3) | (2.940) | - | (2.940) |
| (.) Recuperação de despesas | | 408 | - | 408 | 340 | - | 340 |
| Tributos | | (75) | - | (75) | (62) | - | (62) |
| Depreciação e amortização | 45.4.1 | (8.497) | (5.452) | (3.045) | (7.142) | (4.268) | (2.874) |
| Gastos diversos | 45.4.2 | (1.653) | 6.240 | (7.892) | (1.918) | 6.904 | (8.822) |
| Outras receitas operacionais | 45.43 | 494 | (6.240) | 6.734 | 69 | (6.905) | 6.974 |
| Outras despesas operacionais | | (974) | - | (974) | (568) | - | (568) |
| Resultado da Atividade | | 1.733 | (5.453) | 7.186 | 1.572 | (4.269) | 5.841 |
| Resultado Financeiro | | 28 | - | 28 | 333 | - | 333 |
| Despesas financeiras | | (653) | - | (653) | (206) | - | (206) |
| Receitas financeiras | | 681 | - | 681 | 539 | - | 539 |
| Resultado antes dos impostos sobre os lucros | | 1.761 | (5.453) | 7.214 | 1.905 | (4.269) | 6.174 |
| Contribuição social | | (74) | - | (74) | (23) | - | (23) |
| Imposto de renda | | (182) | - | (182) | (40) | - | (40) |
| Resultado Líquido do exercício | | 1.505 | (5.453) | 6.958 | 1.842 | (4.269) | 6.111 |

45.4 - COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

45.4.1 – Depreciação e Amortização

A origem da diferença entre os saldos da Contabilidade Regulatória e da Contabilidade Societária está no tratamento dispensado aos investimentos realizados na permissão. Na Contabilidade Societária tem-se o entendimento que os mesmos geram um direito de recuperação do valor e, portanto, os considera como intangíveis, os registros da reintegração são efetuados como despesa de amortização.

Na Contabilidade Regulatória os investimentos devem ser contabilizados no ativo imobilizado e os registros da reintegração são efetuados como despesa de depreciação. Desta forma os valores que na Contabilidade Societária estão registrados em contas de amortização, na Contabilidade Regulatória são apresentados em contas de depreciação.

A diferença existente a Contabilidade Regulatória e Societária deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do VNR –Valor Novo de Reposição e por tratar-se de regramento regulatório os efeitos estão registrados somente na Contabilidade Regulatória:

| | 2019 | 2018 |
|---|--------------|--------------|
| Amortização reavaliação regulatória software | 5 | - |
| Amortização reavaliação regulatória software | 13 | - |
| Depreciação reavaliação regulatória máquinas e equipamentos | 3.399 | 2.584 |
| Depreciação reavaliação regulatória máquinas e equipamentos | 3 | 3 |
| Depreciação reavaliação regulatória máquinas e equipamentos | 4 | - |
| Depreciação reavaliação regulatória máquinas e equipamentos | 156 | 99 |
| Depreciação reavaliação regulatória veículos | 122 | - |
| Depreciação reavaliação regulatória edificação | 1 | - |
| Baixa de Reavaliação regulatória | 1.568 | 1.577 |
| Depreciação reavaliação regulatória edificação | 9 | 5 |
| Depreciação reavaliação regulatória máquinas e equipamentos | 151 | - |
| Depreciação reavaliação regulatória veículos | 5 | - |
| Depreciação Reavaliação Regulatória Hardware | 16 | - |
| Total | 5.452 | 4.268 |

45.4.2 – Gastos Diversos

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde aos Custos de Construção. A referida conta existe somente na Contabilidade Societária, em virtude de que está previsto na ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009 e se destina ao registro dos valores investidos na permissão. Na Contabilidade Regulatória, tais investimentos são contabilizados no ativo imobilizado.

| | 2019 | 2018 |
|---------------------|--------------|--------------|
| Custo de Construção | 6.240 | 6.905 |
| Total | 6.240 | 6.905 |

45.4.3 – Outras Receitas Operacionais

A diferença verificada nesse grupo se refere à receita de construção (CPC 27), que representa o direito de receber os recursos investidos na permissão, através da tarifa ou indenização no final do contrato. Esta receita é registrada somente na contabilidade societária, em atendimento a ITG 01, aprovada pela resolução CFC 1.261/2009. A contabilidade regulatória, não prevê tratamento para o registro dessa receita. O valor apresentado nessa conta, na Contabilidade Regulatória, corresponde às Outras Receitas e Rendas.

| | 2019 | 2018 |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Receita de Construção | 6.240 | 6.905 |
| Total | 6.240 | 6.905 |

Nota 46 – Composição do Resultado Abrangente Societário e Regulatório

No quadro abaixo, tendo como base o Demonstrativo Societário de Resultado Abrangente e Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia Geral, são demonstrados os efeitos dos ajustes no resultado regulatório em comparação ao resultado societário. Dentre os ajustes, foi efetuada a recomposição do resultado regulatório pela realização e reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória.

Considerando que as sobras à disposição da assembleia e as destinações legais e estatutárias apuradas na societária, devem também servir para a regulatória, encontramos uma diferença de R\$ 984 na conta de saldo a disposição da assembleia, valor este de cunho exclusivamente regulatório, o qual transferimos para a conta Equalização Resultado Regulatório e Societário no grupo das Reservas de Lucros.

| DEMONSTRATIVO DE SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO COMPARATIVO 2019 | REGULATÓRIO | AJUSTES | SOCIETÁRIO |
|---|--------------|----------------|--------------|
| RECURSOS | | | |
| Resultado do Período | 1.505 | (5.453) | 6.958 |
| Demais Resultados | 6.769 | 5.453 | 1.316 |
| Realização de Reservas Reavaliação | 556 | - | 556 |
| Reversão da Baixa da Reavaliação | 206 | - | 206 |
| Realização de Reservas Reavaliação VNR | 3.884 | 3.884 | - |
| Reversão da Baixa da Reavaliação VNR | 1.568 | 1.568 | - |
| Reversão do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES | 554 | - | 554 |
| Resultado Líquido do Período | 8.274 | - | 8.274 |
| DESTINAÇÕES | | | |
| Destinações de Caráter Fiscal - FATES | 567 | - | 567 |
| Destinações de Caráter Legal | 6.165 | - | 6.165 |
| Reserva Legal 45% - Artigo 47 | 3.468 | - | 3.468 |
| FATES - 5% - Artigo 47 | 385 | - | 385 |
| Reserva Manutenção Redes 30% | 2.312 | - | 2.312 |
| SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O. | 1.542 | - | 1.542 |
| RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO | - | - | - |

Nota 47 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

7. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIASNARDON / NASI
Auditores & Consultores**RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS - DCR**

Ilmo. Sr.
Iloir de Pauli
MD. Presidente da
COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ
Ijuí – RS

Prezado Senhor

1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017. Os procedimentos descritos neste relatório estão relacionados à reconciliação dos ajustes entre as demonstrações contábeis societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da **COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ**, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias é obrigatória a partir do exercício de 2011 para fins regulatórios, tanto para a fiscalização do processo de revisão tarifária ordinária/periódica, como para a reversão dos ativos à União, vinculados aos serviços outorgados. No Anexo I estão apresentados os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados societários reconciliados com os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados regulatórios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, demonstrações essas preparadas por e sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa.

2. Nossos trabalhos foram realizados de acordo com a NBC TSC 4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aprovada pela Resolução CFC nº 1277/10, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados. A suficiência desses procedimentos é de responsabilidade exclusiva da ANEEL. Consequentemente, não estamos expressando qualquer asseguração, nem concluindo quanto à suficiência dos procedimentos descritos abaixo em relação aos propósitos para o qual este relatório foi solicitado, nem para nenhum outro propósito. Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de confrontar os ajustes e reclassificações, efetuados pela administração da Cooperativa, ao balanço patrimonial e demonstração do resultado societária para preparação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório, conforme estabelecido pela Resolução ANEEL nº 605/14.

3. Os procedimentos aplicados e nossas observações estão apresentados a seguir:

I. Imobilizado

1) Confrontar as informações de 31/12/2019 e de 31/12/2018 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora e transmissora).

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 - 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE - RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 - ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA - PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

NARDON / NASI
Auditors & Consultants

- 2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2018 e confrontar os saldos com a eventual Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora).
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 3) Obter a planilha ou relatório com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2018, e confrontar os saldos e as informações das movimentações de 2019 de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para transmissora).
 - A Cooperativa é uma distribuidora e o procedimento não é aplicável a mesma.
- 4) Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação/amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora), com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 5) Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora).
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 6) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições do imobilizado em serviço selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou, transmissora, do ano de 2019 e testar as capitalizações (materiais, mão-de-obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 7) Selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora, do ano de 2019 e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 8) Com base na seleção do item 6 deste Programa de Trabalho, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro em Ativo Imobilizado em Serviço.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 9) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
 - Nada a observar.

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 – 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97



II Obrigações Especiais

- 1) Confrontar os saldos das demonstrações financeiras regulatórias de 31/12/2019 e de 31/12/2018 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores contábeis em 31/12/2018 e confrontar o saldo em 31/12/2019 com a Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 3) Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 4) Verificar autorização da ANEEL para as eventuais baixas de Obrigações Especiais ocorridas desde a data-base de 31/12/2018.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 5) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida desde 31/12/2018 e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 6) Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 7) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
 - Nada a observar.

III Ativos e passivos regulatórios

III. a) CVA e itens financeiros

- 1) Obter planilha com saldos de 31/12/2018, a movimentação de 2019 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até a data-base de revisão/reajuste tarifário e a movimentação complementar do ano 2019 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31/12/2019.
 - Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 – 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED.SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97



- 2) Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/reajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.
 - Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.
- 3) Testar as 5 maiores constituições de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
 - Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.
- 4) Testar as 5 maiores atualizações monetárias de saldos (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
 - Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.
- 5) Testar as 5 maiores amortizações de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
 - Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.
- 6) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
 - Nada a observar.

III. b) Diferença entre Tarifa Provisória e Estimativa de Tarifa Definitiva, com base nos critérios definidos para o 1º Ciclo – Permissionárias com a data Revisão Tarifária em 2019.

- 1) Obter as planilhas preparadas para suportar os cálculos das diferenças entre a tarifa provisória e a estimativa pro-rata de tarifa definitiva e confrontar com os saldos constantes das demonstrações contábeis regulatórias.
 - Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.
- 2) Com base nas informações das planilhas obtidas (indicadas no item anterior), testar os cálculos das diferenças entre o praticado pela concessionária e estimativa pro-rata de tarifa definitiva, confrontando as bases utilizadas com as informações disponibilizadas pela ANEEL.
 - Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.
- 3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
 - Nada a observar.

IV. Demais saldos de contas de Ativo, Passivo e Resultado

- 1) Para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, confrontar as informações entre estas demonstrações contábeis societárias publicadas e/ou arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e regulatórias.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 – 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED.SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email.nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97



NARDON / NASI
Auditores & Consultores

- 2) Para saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, realizar testes da mensuração e movimentação de saldos de 2019.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
- Nada a observar.

V - Considerando que os procedimentos descritos no item III deste relatório não se constituem em um trabalho de auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, não expressamos qualquer asseguarção sobre o balanço e demonstração de resultado regulatórios da Cooperativa, tomados em conjunto, nem sobre as contas contábeis das quais foram extraídas as informações constantes do Anexo I.

VI - Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou conduzido uma auditoria do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatórios de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, outros assuntos poderiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relatados.

VII - Este relatório destina-se apenas e exclusivamente à finalidade definida no item 1 acima, para informação da Administração da Cooperativa e da ANEEL, não devendo ser utilizado para qualquer outro propósito, nem distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência dos, ou que não tenham concordado com os, procedimentos acima descritos, tampouco publicado ou disponibilizado no "site" da Cooperativa ou da ANEEL. Este relatório está relacionado exclusivamente com a reconciliação dos ajustes entre os balanços e demonstrações de resultados societários e os regulatórios da Cooperativa, cuja obrigatoriedade de apresentação passou a ser exigida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e subsequentes, e não se estende às demonstrações contábeis societárias e regulatórias da Cooperativa, tomadas em conjunto.

"Todos os passos previstos neste programa foram devidamente executados e os respectivos resultados encontram-se inseridos em nosso relatório de execução de procedimentos previamente acordados, emitido sob minha responsabilidade."

Porto Alegre, 24 de abril de 2020.

NARDON, NASI – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RS Nº 542 - CVM Nº 303/4 – OCB Nº 15



ANTONIO CARLOS NASI
Sócio Responsável
Contador CRC-RS nº 13.494/O

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 - 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

8. TERMO DE RESPONSABILIDADE

Ijuí, RS, 11 de março de 2020.

Termo de Responsabilidade

Pelo Presente termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, decorrentes dos trabalhos de Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidade de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do código penal.



Ilóir de Pauli
Presidente



Rubio Fabricio Michael
Contador CRC-RS 79358/O

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição de penalidade de multa do grupo IV:

...

X – Fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração de que ele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato, juridicamente relevante.